

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	18
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	62
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	63
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	64
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.334
Preferenciais	0
Total	696.334
Em Tesouraria	
Ordinárias	713
Preferenciais	0
Total	713

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	3.833.222	3.429.499
1.01	Ativo Circulante	134.230	305.839
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.129	5.751
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.129	5.751
1.01.02	Aplicações Financeiras	709	224
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	709	224
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	709	224
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.413	5.212
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.413	5.212
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.501	748
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.501	748
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	125.478	293.904
1.01.08.03	Outros	125.478	293.904
1.01.08.03.01	Outros Créditos	2.349	2.656
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	81	416
1.01.08.03.04	Dividendos a Receber	104.056	273.556
1.01.08.03.05	Outros créditos - Venda participação	18.992	17.276
1.02	Ativo Não Circulante	3.698.992	3.123.660
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.613	31.944
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	19.613	31.944
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	5	85
1.02.01.10.04	Outros créditos	11.695	11.703
1.02.01.10.07	Outros créditos - Venda participação	7.913	20.156
1.02.02	Investimentos	3.673.683	3.086.173
1.02.02.01	Participações Societárias	3.673.683	3.086.173
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.672.399	3.084.504
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	1.284	1.669
1.02.03	Imobilizado	4.735	5.151
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.735	5.151
1.02.04	Intangível	961	392
1.02.04.01	Intangíveis	961	392

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	3.833.222	3.429.499
2.01	Passivo Circulante	473.867	128.471
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.294	7.251
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.294	7.251
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.294	7.251
2.01.02	Fornecedores	886	729
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	886	729
2.01.02.01.01	Fornecedores	886	729
2.01.03	Obrigações Fiscais	124	486
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	124	486
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	124	486
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	387.810	43.132
2.01.04.02	Debêntures	386.955	43.132
2.01.04.02.01	Debêntures	386.955	43.132
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	855	0
2.01.04.03.01	Passivo de Arrendamento	855	0
2.01.05	Outras Obrigações	76.753	76.873
2.01.05.02	Outros	76.753	76.873
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	55	60
2.01.05.02.08	Acordo de Leniência	2.566	3.011
2.01.05.02.09	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	15.770	15.450
2.01.05.02.10	Dividendos a Pagar	58.362	58.352
2.02	Passivo Não Circulante	603.778	997.334
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	569.060	948.255
2.02.01.02	Debêntures	569.060	948.255
2.02.01.02.01	Debêntures	569.060	948.255
2.02.02	Outras Obrigações	34.709	49.071
2.02.02.02	Outros	34.709	49.071
2.02.02.02.04	Outras Contas a pagar	27.832	28.640
2.02.02.02.06	Acordo de Leniência	0	6.709
2.02.02.02.07	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	6.877	13.722
2.02.04	Provisões	9	8
2.02.04.02	Outras Provisões	9	8
2.02.04.02.06	Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	9	8
2.03	Patrimônio Líquido	2.755.577	2.303.694
2.03.01	Capital Social Realizado	2.054.305	2.054.305
2.03.01.01	Subscrito	2.054.305	2.054.305
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	14.219	14.219
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	56.936	56.936
2.03.04	Reservas de Lucros	187.621	187.621
2.03.04.01	Reserva Legal	12.563	12.563
2.03.04.10	Orçamento de Capital	175.058	175.058
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	451.883	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	255.200	559.405	165.127	256.877
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.119	-28.663	-9.303	-22.629
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	116	333	118	314
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	244	718	246	699
3.04.05.02	Amortização de ágio de investimentos	-128	-385	-128	-385
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	264.203	587.735	174.312	279.192
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	264.203	587.735	174.312	279.192
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	255.200	559.405	165.127	256.877
3.06	Resultado Financeiro	-36.170	-107.522	-36.886	-119.742
3.06.01	Receitas Financeiras	1.372	4.223	1.412	6.441
3.06.02	Despesas Financeiras	-37.542	-111.745	-38.298	-126.183
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	219.030	451.883	128.241	137.135
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	219.030	451.883	128.241	137.135
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	219.030	451.883	128.241	137.135
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,31487	0,64961	0,18435	0,19714
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,31487	0,64961	0,18435	0,19714

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	219.030	451.883	128.241	137.135
4.03	Resultado Abrangente do Período	219.030	451.883	128.241	137.135

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-37.465	-51.001
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-25.687	-15.862
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	451.883	137.135
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	1.519	1.087
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	0	124
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamen	109.371	121.444
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	1	7
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-2	-2
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição/venda participação	-3.021	-1.106
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	-587.735	-279.192
6.01.01.17	Amortização de ágio	385	385
6.01.01.19	Provisão e atual. monetária: Acordo Leniência/ex-executivos colaboradores/Não Persecução Cível-ANPC	1.912	4.256
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.778	-35.139
6.01.02.02	Tributos a recuperar	3.799	-744
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-753	-580
6.01.02.04	Depósitos judiciais	82	9
6.01.02.05	Outros créditos	315	-66
6.01.02.06	Fornecedores	157	-626
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	1.043	657
6.01.02.08	Partes relacionadas	335	-174
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-362	-272
6.01.02.13	Outras contas a pagar	-803	-2.191
6.01.02.15	Pagamento Acordo de leniência / Ex-executivos colaboradores / Não Persecução Cível - ANPC	-15.591	-31.152
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	182.262	470.418
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-126	-430
6.02.02	Aquisição de intangível	-15	-125
6.02.03	Aplicações financeiras	-485	383
6.02.05	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	169.500	442.999
6.02.06	Investimento em controladas - aportes de capital	-160	-7.166
6.02.07	Investimento em controladas - redução de capital	0	6.000
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda da Elog	13.548	11.963
6.02.12	Investimento em controladas - Venda de participação	0	16.794
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-145.419	-423.972
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-676	-1.110.420
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-144.743	-259.381
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	945.829
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-622	-4.555
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.751	10.928
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.129	6.373

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	187.621	0	0	2.303.694
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	187.621	0	0	2.303.694
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	451.883	0	451.883
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	451.883	0	451.883
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	187.621	451.883	0	2.755.577

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	4.236	0	0	2.120.309
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	4.236	0	0	2.120.309
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.958	0	0	-3.958
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.958	0	0	-3.958
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	137.135	0	137.135
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	137.135	0	137.135
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	278	137.135	0	2.253.486

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.643	-6.279
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.643	-6.279
7.03	Valor Adicionado Bruto	-7.643	-6.279
7.04	Retenções	-1.904	-1.472
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.519	-1.087
7.04.02	Outras	-385	-385
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-385	-385
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-9.547	-7.751
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	592.676	286.332
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	587.735	279.192
7.06.02	Receitas Financeiras	4.223	6.441
7.06.03	Outros	718	699
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	718	699
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	583.129	278.581
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	583.129	278.581
7.08.01	Pessoal	19.138	14.891
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.930	14.295
7.08.01.02	Benefícios	672	313
7.08.01.03	F.G.T.S.	536	283
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	112.108	126.555
7.08.03.01	Juros	108.327	120.673
7.08.03.02	Aluguéis	363	372
7.08.03.03	Outras	3.418	5.510
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	451.883	137.135
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	451.883	137.135

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	23.706.125	18.108.909
1.01	Ativo Circulante	4.013.615	2.066.402
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.749.113	1.379.459
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.749.113	1.379.459
1.01.02	Aplicações Financeiras	470.952	119.291
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	470.952	119.291
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	75.636	71.256
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	395.316	48.035
1.01.03	Contas a Receber	460.057	325.537
1.01.03.01	Clientes	460.057	325.537
1.01.06	Tributos a Recuperar	113.244	96.401
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	113.244	96.401
1.01.07	Despesas Antecipadas	22.546	26.175
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	22.546	26.175
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	197.703	119.539
1.01.08.03	Outros	197.703	119.539
1.01.08.03.01	Outros Créditos	178.702	101.929
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	9	334
1.01.08.03.05	Outros créditos - Venda participação	18.992	17.276
1.02	Ativo Não Circulante	19.692.510	16.042.507
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.240.620	2.116.032
1.02.01.07	Tributos Diferidos	332.798	355.223
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	332.798	355.223
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	11	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.907.811	1.760.809
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	173.987	165.963
1.02.01.10.04	Outros créditos	21.894	14.961
1.02.01.10.05	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	126.303	113.728
1.02.01.10.06	Tributos a Recuperar	0	15.857
1.02.01.10.07	Outros créditos - Venda participação	7.913	20.156
1.02.01.10.08	Ativo sujeito à indenização	305.003	304.578
1.02.01.10.09	Outros créditos - Conta reserva - Poder Concedente	1.272.711	1.125.566
1.02.03	Imobilizado	443.184	391.636
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	443.184	391.636
1.02.04	Intangível	17.008.706	13.534.839
1.02.04.01	Intangíveis	17.008.706	13.534.839

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	23.706.125	18.108.909
2.01	Passivo Circulante	4.979.644	3.300.389
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	131.931	106.968
2.01.01.01	Obrigações Sociais	131.931	106.968
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	131.931	106.968
2.01.02	Fornecedores	367.925	281.774
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	367.925	281.774
2.01.02.01.01	Fornecedores	366.194	270.251
2.01.02.01.02	Risco Sacado	1.731	11.523
2.01.03	Obrigações Fiscais	256.558	120.441
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	256.558	120.441
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	172.835	45.385
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	83.723	75.056
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.657.821	2.250.024
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	120.600	106.979
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	120.600	106.979
2.01.04.02	Debêntures	3.483.649	2.091.793
2.01.04.02.01	Debêntures	3.483.649	2.091.793
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	53.572	51.252
2.01.04.03.01	Passivo de Arrendamento	53.572	51.252
2.01.05	Outras Obrigações	439.661	427.419
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	150.077	96.857
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	150.077	96.857
2.01.05.02	Outros	289.584	330.562
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	50.199	118.448
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	133.140	100.393
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar - Aquisição de empresas	6.170	8.222
2.01.05.02.08	Acordo de Leniência	3.569	6.866
2.01.05.02.09	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	38.144	38.281
2.01.05.02.10	Dividendo a pagar	58.362	58.352
2.01.06	Provisões	125.748	113.763
2.01.06.02	Outras Provisões	125.748	113.763
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	108.193	94.792
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras	17.555	18.971
2.02	Passivo Não Circulante	15.731.993	12.289.840
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	12.470.419	9.395.318
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.160.064	1.888.302
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.160.064	1.888.302
2.02.01.02	Debêntures	10.218.483	7.403.938
2.02.01.02.01	Debêntures	10.218.483	7.403.938
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	91.872	103.078
2.02.01.03.01	Passivo de Arrendamento	91.872	103.078
2.02.02	Outras Obrigações	2.542.316	2.304.343
2.02.02.02	Outros	2.542.316	2.304.343
2.02.02.02.03	Obrigações com Poder Concedente	2.208.391	1.979.600
2.02.02.02.04	Outras Contas a pagar	204.135	163.903

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar - Aquisição de empresas	7.276	13.651
2.02.02.02.06	Acordo de Leniência	899	7.607
2.02.02.02.07	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	121.615	139.582
2.02.03	Tributos Diferidos	76.399	39.613
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	76.399	39.613
2.02.04	Provisões	642.859	550.566
2.02.04.02	Outras Provisões	642.859	550.566
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	243.535	228.905
2.02.04.02.05	Provisão para construção de obras	50.891	47.748
2.02.04.02.06	Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	348.433	273.913
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.994.488	2.518.680
2.03.01	Capital Social Realizado	2.054.305	2.054.305
2.03.01.01	Subscrito	2.054.305	2.054.305
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	14.219	14.219
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	56.936	56.936
2.03.04	Reservas de Lucros	187.621	187.621
2.03.04.01	Reserva Legal	12.563	12.563
2.03.04.10	Orçamento de Capital	175.058	175.058
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	451.883	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	238.911	214.986

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.568.941	6.182.832	1.672.568	4.149.097
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.682.721	-3.896.202	-1.215.601	-2.954.005
3.03	Resultado Bruto	886.220	2.286.630	456.967	1.195.092
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-72.991	-187.824	-77.070	-207.670
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-73.436	-214.166	-64.538	-204.473
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	445	26.342	-12.532	-3.197
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	445	26.342	-12.532	-3.197
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	813.229	2.098.806	379.897	987.422
3.06	Resultado Financeiro	-379.239	-1.126.236	-185.019	-736.162
3.06.01	Receitas Financeiras	83.509	264.091	91.217	263.519
3.06.02	Despesas Financeiras	-462.748	-1.390.327	-276.236	-999.681
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	433.990	972.570	194.878	251.260
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-203.676	-505.512	-73.712	-131.341
3.08.01	Corrente	-191.815	-446.301	-92.809	-212.606
3.08.02	Diferido	-11.861	-59.211	19.097	81.265
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	230.314	467.058	121.166	119.919
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	230.314	467.058	121.166	119.919
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	219.030	451.883	128.241	137.135
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	11.284	15.175	-7.075	-17.216
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,31487	0,64961	0,18435	0,19714
3.99.01.02	ON	0,31487	0,64961	0,18435	0,19714
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,31487	0,64961	0,18435	0,19714
3.99.02.02	ON	0,31487	0,64961	0,18435	0,19714

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	230.314	467.058	121.166	119.919
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	230.314	467.058	121.166	119.919
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	219.030	451.883	128.241	137.135
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	11.284	15.175	-7.075	-17.216

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.499.720	1.254.900
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.063.121	1.776.929
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	467.058	119.919
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	568.694	416.976
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	7.784	28.651
6.01.01.05	Capitalização de juros	-199.200	-199.192
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação mon sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	1.343.717	992.075
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	102.983	61.304
6.01.01.08	Provisão e atualização da provisão para manutenção	114.100	114.520
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-210	-284
6.01.01.10	Obrigações e variação monetária com Poder Concedente	194.016	193.199
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-7.108	-9.249
6.01.01.12	Tributos diferidos	59.211	-81.265
6.01.01.13	Provisão para imposto de renda e contribuição social	446.301	212.606
6.01.01.14	Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-15.683	-15.676
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição/venda participação	-1.534	1.269
6.01.01.17	Atualização monetária e Provisão Outras Contas a Pagar	14.984	0
6.01.01.18	Provisão direito reequilíbrio Ecosul	-44.990	0
6.01.01.19	Provisão e atual. monetária: Acordo Leniência/ex-executivos colaboradores/Não Persecução Cível-ANPC	13.423	7.881
6.01.01.20	Atualização monetária Ativo sujeito a indenização	-425	-65.805
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-563.401	-522.029
6.01.02.01	Clientes	-134.310	-55.196
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-986	-22.939
6.01.02.03	Despesas antecipadas	3.620	-11.709
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-916	1.251
6.01.02.05	Outros créditos	-83.708	-31.364
6.01.02.06	Fornecedores e risco sacado	86.151	50.362
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	24.963	16.931
6.01.02.08	Partes relacionadas	53.545	45
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	8.667	8.278
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-28.463	-27.112
6.01.02.11	Pagamentos de provisão para manutenção e construção de obras	-86.145	-94.352
6.01.02.12	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-103.441	-71.358
6.01.02.13	Outras contas a pagar	58.005	9.723
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-318.851	-197.267
6.01.02.15	Pagamento Acordo de leniência / Ex-executivos colaboradores / Não Persecução Cível - ANPC	-41.532	-97.322
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.161.386	-1.805.252
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-167.987	-133.275
6.02.02	Aquisição de intangível	-3.658.394	-1.779.080
6.02.03	Aplicações financeiras	-347.281	100.541
6.02.04	Aplicações financeiras - conta reserva	-1.272	-5.401

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda da Elog	13.548	11.963
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.031.320	927.272
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-1.692.861	-2.273.370
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-1.237.381	-905.534
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	6.039.904	4.187.338
6.03.05	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-77.178	-72.036
6.03.08	Aquisição de participação - acionistas não controladores - Eco101	-9.914	-9.126
6.03.11	Aporte de Capital não controladores	8.750	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.369.654	376.920
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.379.459	2.070.271
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.749.113	2.447.191

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	187.621	0	0	2.303.694	214.986	2.518.680
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	187.621	0	0	2.303.694	214.986	2.518.680
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	8.750	8.750
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	8.750	8.750
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	451.883	0	451.883	15.175	467.058
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	451.883	0	451.883	15.175	467.058
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	187.621	451.883	0	2.755.577	238.911	2.994.488

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	4.236	0	0	2.120.309	209.729	2.330.038
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	4.236	0	0	2.120.309	209.729	2.330.038
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.958	0	0	-3.958	0	-3.958
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.958	0	0	-3.958	0	-3.958
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	137.135	0	137.135	-17.216	119.919
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	137.135	0	137.135	-17.216	119.919
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	278	137.135	0	2.253.486	192.513	2.445.999

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
7.01	Receitas	6.731.669	4.615.452
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.310.374	2.804.975
7.01.02	Outras Receitas	90.682	81.370
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.330.613	1.729.107
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.211.776	-2.532.609
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-3.001.531	-2.274.326
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-89.106	-89.118
7.02.04	Outros	-121.139	-169.165
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.519.893	2.082.843
7.04	Retenções	-568.694	-420.173
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-568.694	-416.976
7.04.02	Outras	0	-3.197
7.04.02.02	Outras receitas (despesas), líquidas	0	-3.197
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.951.199	1.662.670
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	290.433	263.519
7.06.02	Receitas Financeiras	264.091	263.519
7.06.03	Outros	26.342	0
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	26.342	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.241.632	1.926.189
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.241.632	1.926.189
7.08.01	Pessoal	427.324	364.695
7.08.01.01	Remuneração Direta	331.878	286.720
7.08.01.02	Benefícios	75.552	61.144
7.08.01.03	F.G.T.S.	19.894	16.831
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	933.210	428.531
7.08.02.01	Federais	713.028	281.626
7.08.02.02	Estaduais	1	0
7.08.02.03	Municipais	220.181	146.905
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.414.040	1.013.044
7.08.03.01	Juros	922.979	585.068
7.08.03.02	Aluguéis	23.713	13.363
7.08.03.03	Outras	467.348	414.613
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	467.058	119.919
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	451.883	137.135
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	15.175	-17.216

Comentário do Desempenho

RESULTADOS CONSOLIDADOS

Receita Bruta Consolidada por Segmento

RECEITA BRUTA (em milhões de R\$)	3T23	3T22	Var.	9M23	9M22	Var.
Concessões Rodoviárias	1.502,6	873,4	72,0%	3.945,8	2.404,3	64,1%
Receita de Construção	1.129,0	786,3	43,6%	2.330,6	1.729,1	34,8%
Ecoporto Santos	104,4	169,7	-38,5%	408,5	449,1	-9,0%
Ecopátio Cubatão	17,2	8,8	96,1%	45,2	25,9	74,5%
Serviços	102,1	82,6	23,7%	291,5	248,9	17,1%
Eliminações	(101,8)	(80,6)	26,3%	(290,0)	(241,9)	19,9%
RECEITA BRUTA	2.753,5	1.840,2	49,6%	6.731,7	4.615,5	45,9%
(-) Receita de Construção	(1.129,0)	(786,3)	43,6%	(2.330,6)	(1.729,1)	34,8%
RECEITA BRUTA AJUSTADA	1.624,5	1.053,9	54,1%	4.401,1	2.886,3	52,5%

A receita bruta ajustada, excluindo a receita de construção, atingiu R\$1.624,5 milhões no 3T23 (+54,1%) e R\$4.401,1 milhões nos 9M23 (+52,5%). No 3T23, o aumento deve-se, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos, reajustes das tarifas de pedágio e início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas (parcialmente em setembro/22 e março/23), Ecovias do Araguaia em outubro/22 e EcoNoroeste (parcialmente em maio/23). A receita bruta comparável, desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas, Ecovias do Araguaia e EcoNoroeste, apresentou aumento de 9,6% no 3T23 e 15,9% nos 9M23 devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos e reajustes das tarifas de pedágio.

Concessões rodoviárias: R\$1.502,6 milhões no 3T23 (+72,0%) e R\$3.945,8 milhões nos 9M23 (+64,1%). No 3T23, o aumento deve-se ao crescimento do tráfego de veículos, reajustes das tarifas de pedágio e início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas, Ecovias do Araguaia e EcoNoroeste. A receita bruta comparável, desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas, Ecovias do Araguaia e EcoNoroeste, apresentou aumento de 18,4% no 3T23 e 20,2% nos 9M23 devido ao crescimento do tráfego de veículos e reajustes das tarifas de pedágio.

Ecoporto Santos: R\$104,4 milhões no 3T23 (-38,5%) e R\$408,5 milhões nos 9M23 (-9,0%). No 3T23, a variação deve-se à redução de contratos spot em função do encerramento do contrato de arrendamento, previsto, agora, para dezembro/23.

Ecopátio Cubatão: R\$17,2 milhões no 3T23 (+96,1%) e R\$45,2 milhões nos 9M23 (+74,5%). No 3T23, o aumento deve-se, principalmente, ao crescimento das operações.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	3T23	3T22	Var.	9M23	9M22	Var.
Pessoal	149,9	122,3	22,6%	427,3	364,7	17,2%
Conservação e Manutenção	58,3	40,0	45,6%	156,3	120,9	29,2%
Serviços de Terceiros	89,8	75,2	19,3%	246,1	220,8	11,4%
Seguros, Poder Concedente e Locações	55,4	37,3	48,3%	151,4	103,3	46,6%
Outros	52,5	41,8	25,6%	140,3	111,2	26,1%
CUSTOS CAIXA	406,0	316,8	28,2%	1.121,3	920,9	21,8%
CUSTOS CAIXA AJUSTADO¹	311,0	286,2	8,6%	890,5	850,0	4,8%
Custo de Construção de Obras	1.129,0	786,3	43,6%	2.330,6	1.729,1	34,8%
Provisão para Manutenção	36,5	32,1	13,8%	89,7	91,5	-1,9%
Depreciação e Amortização	184,6	145,0	27,4%	568,7	417,0	36,4%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.756,2	1.280,1	37,2%	4.110,4	3.158,5	30,1%

1) Exclui custos e despesas da Ecocatarratas, Ecovia Caminho do Mar, EcoRioMinas, Ecovias do Araguaia e EcoNoroeste.

Comentário do Desempenho

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$1.756,2 milhões no 3T23 (+37,2%) e R\$4.110,4 milhões nos 9M23 (+30,1%) devido, principalmente, ao aumento em custo de construção (não-caixa) e depreciação e amortização. Os custos caixa, desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, atingiram R\$406,0 milhões no 3T23 (+28,2%) e R\$1.121,3 milhões nos 9M23 (+21,8%) devido, principalmente, ao início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas, Ecovias do Araguaia e EcoNoroeste.

Os custos caixa ajustado, desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas, Ecovias do Araguaia e EcoNoroeste, **totalizaram R\$311,0 milhões no 3T23 (+8,6%) e R\$890,5 milhões nos 9M23 (+4,8%).** No 3T23, o aumento deve-se, principalmente, às provisões do Ecoporto (+R\$8,0 milhões), em função do encerramento do contrato de arrendamento, previsto, agora, para dezembro/23. Essas provisões poderão sofrer alterações ou estornos em consequência de prorrogações adicionais do contrato de arrendamento. Além das provisões no Ecoporto, o reajuste salarial, conforme acordo coletivo de trabalho, custos com Conservação e Manutenção e Outros, contribuíram para o incremento dos custos caixa ajustado. **Excluindo as provisões do Ecoporto, o custo caixa ajustado aumentou 5,8% no 3T23 e 3,4% nos 9M23, em linha com a inflação (IPCA: 5,2% nos últimos 12 meses).**

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Segmento

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	3T23	3T22	Var.	9M23	9M22	Var.
Concessões Rodoviárias	353,9	253,5	39,6%	973,4	746,6	30,4%
Ecoporto Santos	67,0	66,9	0,2%	193,1	178,8	8,0%
Ecopátio Cubatão	5,6	4,4	25,9%	14,8	13,2	12,3%
Serviços e Holding	77,0	68,6	12,3%	217,9	212,2	2,7%
Eliminações	(97,5)	(76,6)	27,3%	(277,9)	(229,8)	20,9%
CUSTOS CAIXA	406,0	316,8	28,2%	1.121,3	920,9	21,8%
CUSTOS CAIXA AJUSTADO¹	311,0	286,2	8,6%	890,5	850,0	4,8%
Custo de Construção de Obras	1.129,0	786,3	43,6%	2.330,6	1.729,1	34,8%
Provisão para Manutenção	36,5	32,1	13,8%	89,7	91,5	-1,9%
Depreciação e Amortização	184,6	145,0	27,4%	568,7	417,0	36,4%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.756,2	1.280,1	37,2%	4.110,4	3.158,5	30,1%

1) Exclui custos e despesas da Ecocaratas, Ecovia Caminho do Mar, EcoRioMinas, Ecovias do Araguaia e EcoNoroeste.

Os custos caixa das concessões rodoviárias totalizaram R\$353,9 milhões no 3T23 (+39,6%) e R\$973,4 milhões nos 9M23 (+30,4%). **Os custos caixa ajustado**, desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas, Ecovias do Araguaia e EcoNoroeste, totalizaram R\$248,7 milhões no 3T23 (+12,5%) e R\$718,6 milhões nos 9M23 (+7,6%). No 3T23, o aumento deve-se, principalmente, ao incremento em Pessoal, em função do reajuste salarial, conforme acordo coletivo de trabalho, Serviços de Conservação nas rodovias e Serviços *intercompany* prestados pela ECS. O incremento dos Serviços *intercompany* e a implementação do programa de eficiência e controle de custos, resultaram no aumento do EBITDA da ECS no 3T23/9M23, conforme detalhes na página [21]. Adicionalmente, contribuíram para o incremento dos custos caixa ajustado, as outorgas variáveis na Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas e Ecosul, em razão do crescimento da receita de pedágio. Para mais informações vide página [18].

Os **custos caixa do Ecoporto** totalizaram R\$67,0 milhões no 3T23 (+0,2%) – estável em relação ao 3T22 – e R\$193,1 milhões nos 9M23 (+8,0%). No 3T23, os Serviços de Terceiros, Conservação e Manutenção e Poder Concedente apresentaram diminuição devido à redução das operações, no entanto, os custos com Pessoal e Outros apresentaram aumento, principalmente, em função das provisões trabalhistas e cíveis devido ao encerramento do contrato de arrendamento, previsto, agora, para dezembro/23. Excluindo as provisões, os custos caixa reduziram 11,9% no 3T23.

Comentário do Desempenho

Os **custos caixa do Ecopátio Cubatão** totalizaram R\$5,6 milhões no 3T23 (+25,9%) e R\$14,8 milhões nos 9M23 (+12,3%). **No 3T23**, o aumento deve-se, principalmente, ao incremento em Pessoal, em função do reajuste salarial, conforme acordo coletivo de trabalho.

Os **custos caixa de Serviços e Holding** totalizaram R\$77,0 milhões no 3T23 (+12,3%) e R\$217,9 milhões nos 9M23 (+2,7%). **No 3T23**, a variação deve-se ao incremento dos custos pela EcoRodovias Concessões e Serviços para prestação de serviços às novas concessões EcoRioMinas, Ecovias do Araguaia e EcoNoroeste. Excluindo esse incremento, os custos caixa totalizaram R\$67,8 milhões no 3T23 (+1,2%) e R\$196,7 milhões nos 9M23 (-6,1%) devido, principalmente, à implementação do programa de eficiência e digitalização dos principais processos da cadeia de valor das rodovias iniciado em 2022.

EBITDA Ajustado

EBITDA (em milhões de R\$)	3T23	3T22	Var.	9M23	9M22	Var.
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas controladores	219,0	128,2	70,8%	451,9	137,1	229,5%
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas não controladores	11,3	(7,1)	n.m.	15,2	(17,2)	n.m.
Lucro Líquido	230,3	121,2	90,1%	467,1	119,9	289,5%
(+) Depreciação e Amortização	184,6	145,0	27,4%	568,7	417,0	36,4%
(+) Resultado Financeiro	379,2	185,0	105,0%	1.126,2	736,2	53,0%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	203,7	73,7	176,3%	505,5	131,3	284,9%
EBITDA¹	997,9	524,8	90,1%	2.667,5	1.404,4	89,9%
(+) Provisão para Manutenção	36,5	32,1	13,8%	89,7	91,5	-1,9%
EBITDA AJUSTADO²	1.034,4	557,0	85,7%	2.757,2	1.495,9	84,3%
MARGEM EBITDA AJUSTADA²	71,8%	62,8%	9,0 p.p.	71,6%	61,8%	9,8 p.p.

1) EBITDA calculado conforme a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

2) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

O EBITDA ajustado atingiu R\$1.034,4 milhões no 3T23 (+85,7%) - recorde para um trimestre - e R\$2.757,2 milhões nos 9M23 (+84,3%), desconsiderando a receita e o custo de construção e a provisão para manutenção. **No 3T23**, o aumento deve-se, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos, reajustes das tarifas de pedágio e início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas, Ecovias do Araguaia e EcoNoroeste. **A margem EBITDA ajustada atingiu 71,8% no 3T23 e 71,6% nos 9M23. O EBITDA comparável**, desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas, Ecovias do Araguaia e EcoNoroeste, apresentou **aumento de 20,0% no 3T23 e 29,7% nos 9M23** devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos e reajustes das tarifas de pedágio.

EBITDA Ajustado por Segmento

Comentário do Desempenho

EBITDA (em milhões de R\$)	3T23	Margem	3T22	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias¹	1.020,1	74,2%	542,0	67,9%	88,2%
Concessões maduras	689,6	73,5%	571,5	72,1%	20,7%
Ecovia Caminho do Mar ²	(0,3)	n.m.	(4,9)	n.m.	-93,0%
Ecocataratas ³	(0,5)	n.m.	(2,6)	n.m.	-80,2%
Ecovias do Araguaia	96,8	76,1%	(25,0)	n.m.	n.m.
EcoRioMinas	97,5	70,4%	3,0	54,2%	n.m.
EcoNoroeste	137,0	80,6%	-	n.m.	n.m.
Ecoporto Santos	(5,5)	-8,9%	20,5	23,5%	-126,7%
Serviços e Holding	10,4	11,4%	1,4	1,9%	n.m.
Ecopátio Cubatão	9,3	63,1%	(6,9)	-93,9%	n.m.
EBITDA AJUSTADO¹	1.034,4	71,8%	557,0	62,8%	85,7%
RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA⁴	1.439,9		886,3		62,5%

1) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

2) Contrato de concessão encerrado em 28/11/21.

3) Contrato de concessão encerrado em 27/11/21.

4) Exclui Receita de Construção.

EBITDA (em milhões de R\$)	9M23	Margem	9M22	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias¹	2.635,6	73,0%	1.449,0	65,9%	81,9%
Concessões maduras	1.917,0	72,7%	1.524,6	69,6%	25,7%
Ecovia Caminho do Mar ²	(1,2)	n.m.	(13,6)	n.m.	-91,3%
Ecocataratas ³	(4,1)	n.m.	(7,5)	n.m.	-45,0%
Ecovias do Araguaia	255,1	72,9%	(57,3)	n.m.	n.m.
EcoRioMinas	242,4	69,1%	2,8	51,2%	n.m.
EcoNoroeste	226,5	83,1%	-	n.m.	n.m.
Ecoporto Santos	40,7	17,5%	41,1	18,7%	-0,9%
Serviços e Holding⁴	56,0	21,4%	6,6	2,9%	n.m.
Ecopátio Cubatão	24,8	63,7%	(0,7)	-3,3%	n.m.
EBITDA AJUSTADO¹	2.757,2	71,6%	1.495,9	61,8%	84,3%
RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA⁵	3.852,2		2.420,0		59,2%

1) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

2) Contrato de concessão encerrado em 28/11/21.

3) Contrato de concessão encerrado em 27/11/21.

4) Considera a alienação de terreno no valor de R\$25,0 milhões no 1T23.

5) Exclui Receita de Construção.

Resultado Financeiro Consolidado

RESULTADO FINANCEIRO (em milhões de R\$)	3T23	3T22	Var.	9M23	9M22	Var.
Juros sobre Debêntures	(366,8)	(252,9)	45,1%	(992,5)	(621,8)	59,6%
Varição Monetária sobre Debêntures	(24,0)	33,3	n.m.	(164,1)	(165,4)	-0,8%
Juros sobre Financiamentos	(40,4)	(40,3)	0,2%	(115,4)	(154,4)	-25,2%
Efeitos financeiros sobre Direito de Outorga	(25,3)	(5,4)	n.m.	(88,4)	(122,0)	-27,6%
Varição Monetária e Cambial s/ Empréstimos e Financ.	(5,2)	(3,3)	56,9%	(31,6)	(25,5)	23,9%
Receitas de Aplicações Financeiras	83,8	73,2	14,4%	220,0	178,4	23,3%
Ajuste a Valor Presente	(10,0)	(7,9)	26,4%	(24,4)	(23,1)	5,8%
Outros Efeitos Financeiros	14,5	6,7	116,1%	44,0	131,9	-66,6%
Varição monetária de ativo sujeito à indenização	(5,8)	11,6	n.m.	26,1	65,8	-60,3%
RESULTADO FINANCEIRO	(379,2)	(185,0)	105,0%	(1.126,2)	(736,2)	53,0%

O resultado financeiro apresentou aumento de R\$194,2 milhões no 3T23 (+105,0%) e R\$390,1 milhões nos 9M23 (+53,0%).

Abaixo, as principais variações entre os trimestres:

Comentário do Desempenho

- i. **Juros sobre debêntures:** aumento de R\$113,9 milhões devido ao incremento do endividamento em debêntures.
- ii. **Varição monetária sobre debêntures:** incremento de R\$57,3 milhões em função do aumento do IPCA.
- iii. **Efeitos financeiros sobre direito de outorga:** incremento de R\$19,9 milhões (não-caixa) devido ao aumento do IPCA.
- iv. **Receita de aplicações financeiras:** aumento de R\$10,6 milhões em função, principalmente, do incremento do saldo médio de caixa no 3T23.
- v. **Outros efeitos financeiros:** variação devido, principalmente, ao aumento dos juros capitalizados das despesas financeiras da Holding do Araguaia.
- vi. **Varição monetária de ativo sujeito à indenização:** refere-se ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos do Ecoporto. No 3T23, a redução deve-se, principalmente, à alteração do cálculo de atualização monetária, que a partir de julho/23, desconsidera o WACC (IGP-M +10% a.a.) e mantém somente a atualização pelo IGP-M, em razão do encerramento do contrato de arrendamento previsto, inicialmente, para junho/23.

Os juros pagos totalizaram R\$347,6 milhões no 3T23 (+78,9%) e R\$1.237,4 milhões nos 9M23 (+36,6%).

Imposto de Renda e Contribuição Social

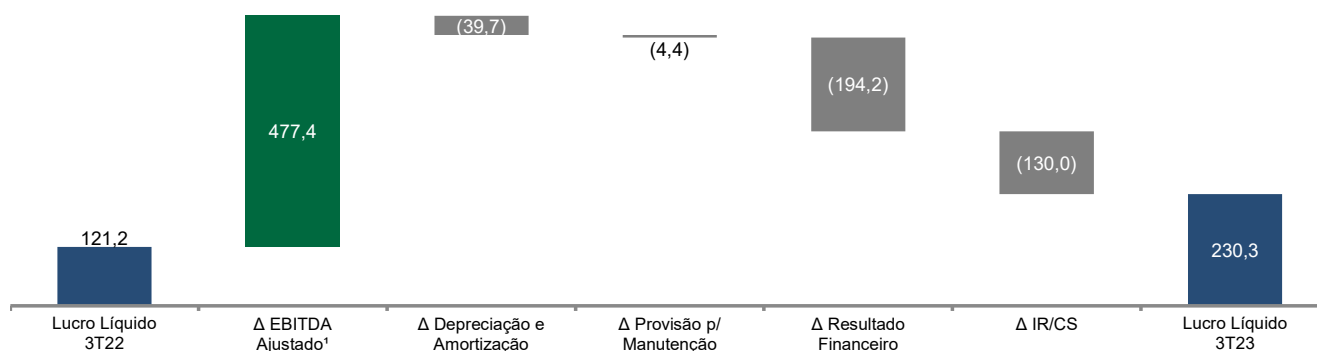
O imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$203,7 milhões no 3T23 (+R\$130,0 milhões) e R\$505,5 milhões nos 9M23 (+R\$374,2 milhões).

Os impostos pagos totalizaram R\$146,3 milhões no 3T23 (+79,3%) e R\$318,9 milhões nos 9M23 (+61,6%).

Lucro (Prejuízo) Líquido

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO (em milhões de R\$)	3T23	3T22	Var.	9M23	9M22	Var.
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas controladores	219,0	128,2	70,8%	451,9	137,1	229,5%
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas não controladores	11,3	(7,1)	n.m.	15,2	(17,2)	n.m.
LUCRO LÍQUIDO	230,3	121,2	90,1%	467,1	119,9	289,5%

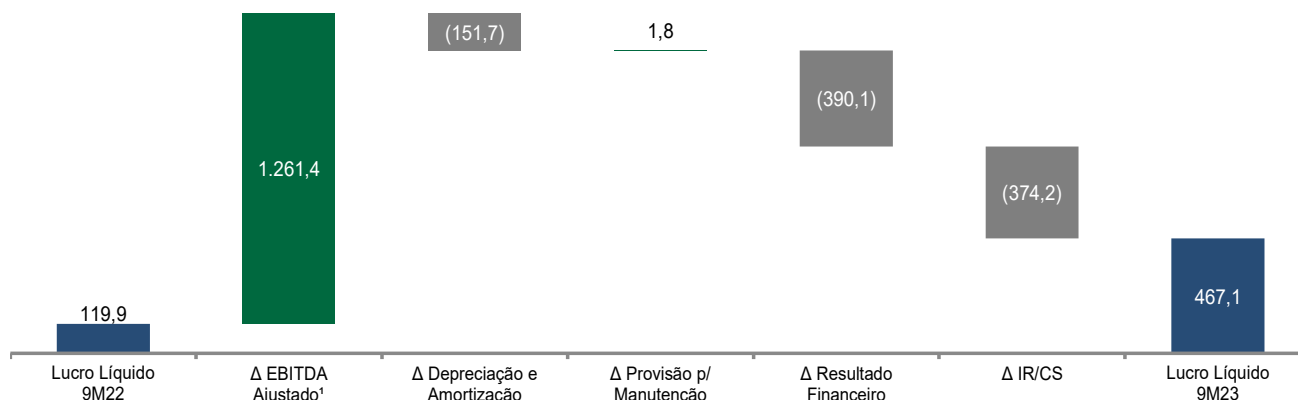
Evolução do Lucro Líquido (em milhões de R\$)



1) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

O lucro líquido totalizou R\$230,3 milhões no 3T23 devido ao aumento do EBITDA ajustado.

Comentário do Desempenho



1) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

Nos 9M23, o lucro líquido totalizou R\$467,1 milhões.

Dividendos

Em reunião realizada em [08/11/23], o Conselho de Administração deliberou o pagamento de dividendos referentes ao exercício social de 2022, no valor de R\$58,4 milhões, correspondentes a R\$0,08388560373 por ação ordinária integrante do capital social integralizado, exceto pelas ações em tesouraria, conforme declarado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 19/04/23.

Endividamento e Disponibilidade Financeira

A dívida bruta atingiu R\$15.982,8 milhões em setembro de 2023, aumento de 12,4% em relação a junho/23 devido, principalmente, à 2ª emissão de debêntures incentivadas da Eco135, em agosto, no valor de R\$520,0 milhões, 2ª emissão de debêntures incentivadas da Ecovias do Cerrado, em setembro, no valor de R\$640,0 milhões, 2ª emissão de debêntures da EcoRioMinas, em setembro, no valor de R\$400,0 milhões, desembolso do BNDES para a Ecovias do Araguaia, em agosto, no valor de R\$266,5 milhões e ao pagamento da 1ª emissão de debêntures da Ecovias do Cerrado, em setembro, no valor de R\$206,7 milhões. No anexo V da página [30], encontra-se a tabela de endividamento.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo totalizou R\$3.346,4 milhões em setembro de 2023, aumento de 45,9% em relação ao saldo de junho de 2023.

A alavancagem medida pela relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado encerrou setembro de 2023 em 3,5x, redução de 0,4x em relação a junho/23 (3,9x).

A alavancagem medida pela relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado da EcoRodovias Concessões e Serviços ("ECS") encerrou setembro/23 em 3,4x, redução de 0,3x em relação a jun/23 (3,7x).

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	30/09/2023	30/06/2023	Var.
Curto Prazo	3.604,2	3.693,4	-2,4%
Longo Prazo	12.378,5	10.525,4	17,6%
Dívida Bruta Total ¹	15.982,8	14.218,8	12,4%
(-) Caixa e equivalentes	3.346,4	2.293,3	45,9%
Dívida Líquida	12.636,4	11.925,5	6,0%
DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA Ajustado² UDM³	3,5x	3,9x	-0,4x

1) Não considera as Obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar.

2) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

3) UDM = últimos 12 meses.

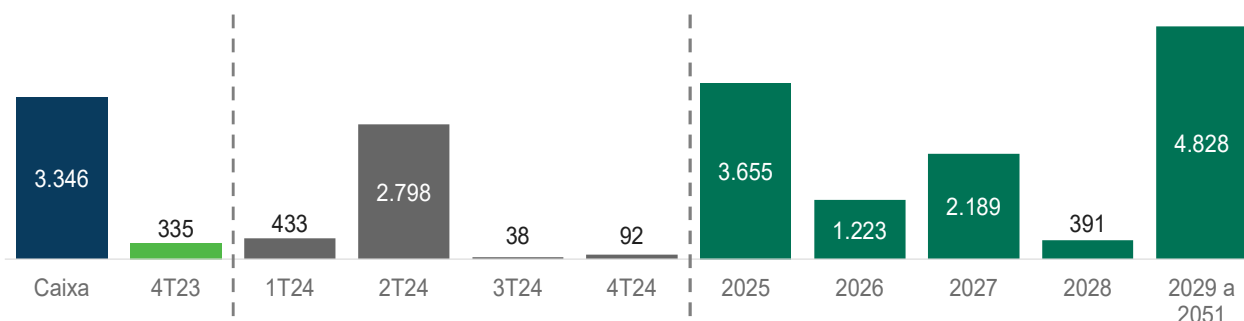
Comentário do Desempenho

Cronograma de amortização da dívida bruta (em milhões de R\$) em 30/09/2023:

Os vencimentos no 4T23 totalizam R\$334,7 milhões e estão distribuídos entre as concessões rodoviárias (R\$238,5 milhões): EcoNoroeste (R\$104,5 milhões), Ecovias dos Imigrantes (R\$60,1 milhões), Eco050 (R\$24,0 milhões) e outras (R\$49,9 milhões); e entre a *holding/subholdings* (R\$96,3 milhões).

Os vencimentos no 1T24 totalizam R\$432,9 milhões e estão distribuídos entre as concessões rodoviárias (R\$31,7 milhões): Eco101 (R\$9,5 milhões), Ecovias do Araguaia (R\$8,2 milhões), Eco135 (R\$7,8 milhões) e outras (R\$6,3 milhões); e entre a *holding/subholdings* (R\$401,2 milhões): EcoRodovias Infraestrutura e Logística (R\$387,7 milhões) e ECS (R\$13,5 milhões).

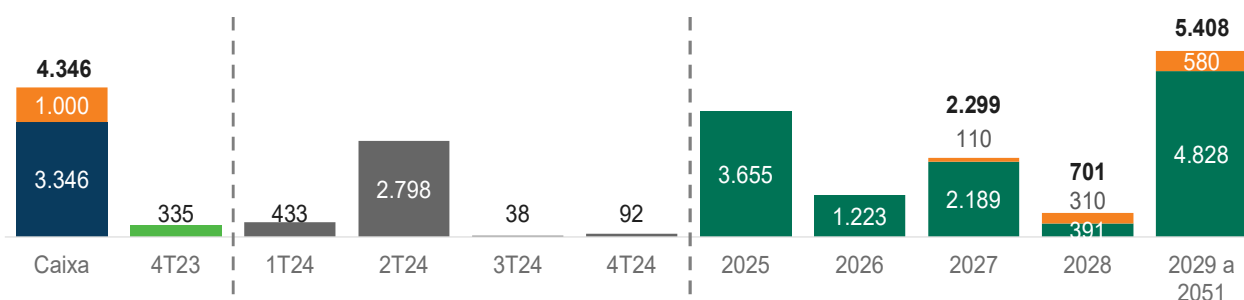
No 2T24, os vencimentos totalizam R\$2.798,4 milhões e estão distribuídos entre as concessões rodoviárias (R\$1.626,6 milhões): Ecovias dos Imigrantes (R\$1.370,4 milhões), Ecosul (R\$227,4 milhões) e outras (R\$28,7 milhões); e entre a *holding/subholdings* (R\$1.171,8 milhões): ECS (R\$1.132,6 milhões) e Holding do Araguaia (R\$39,3 milhões).



Os recursos para o pagamento do vencimento da ECS já foram captados, conforme descrito abaixo.

Cronograma (pró-forma) de amortização da dívida bruta (em milhões de R\$):

Em novembro/23, a ECS emitiu R\$1,0 bilhão em debêntures em três séries: 1ª série: R\$220,0 milhões ao custo de CDI+1,85% a.a. e vencimento em outubro/2028; 2ª série: R\$600,0 milhões ao custo de CDI+2,35% a.a. e vencimento em outubro/2030; 3ª série: R\$180,0 milhões ao custo de IPCA+6,8285% a.a. e vencimento em outubro/2033. Portanto, considerando a emissão de debêntures da ECS, o caixa (pró-forma) atingiu R\$4.346,4 milhões, 1,2x os vencimentos de curto prazo (4T23-3T24: R\$3.604,2 milhões).



Dívida Bruta – 30/09/2023
por indexador (em milhões de R\$ e %)

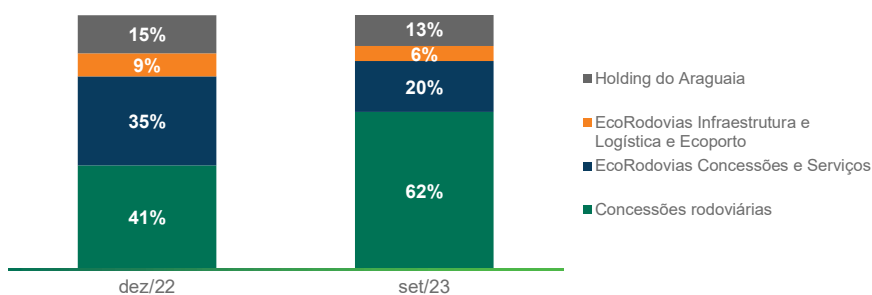
Dívida Bruta – 30/09/2023
por instrumento (em milhões de R\$ e %)

Comentário do Desempenho



Liability management (Alocação da dívida líquida)

Nos 9M23, a EcoRodovias otimizou a estrutura de capital aumentando a participação da dívida nas concessões rodoviárias. Em setembro/23, a dívida líquida das concessões rodoviárias atingiu 62% da dívida líquida consolidada (+21 p.p. vs. dez/22) e das *holdings*, 38%.



Capex Consolidado por Segmento:

Comentário do Desempenho

CAPEX (em milhões de R\$)	3T23			9M23		
	Intangível / Imobilizado / Juros capitalizados	Custos de Manutenção / Provisão de Obras	Total	Intangível / Imobilizado / Juros capitalizados	Custos de Manutenção / Provisão de Obras	Total
Concessões Rodoviárias	1.240,5	27,9	1.268,4	2.669,2	86,1	2.755,3
Ecovias dos Imigrantes	85,9	4,5	90,5	244,9	11,2	256,1
Ecopistas	13,7	3,6	17,3	48,1	14,0	62,1
Ecosul	12,4	2,5	14,9	35,2	9,2	44,4
Eco101	63,1	9,6	72,7	181,0	27,8	208,8
Ecoponte	13,0	3,1	16,1	18,0	8,8	26,8
Eco135	286,0	-	286,0	542,3	-	542,3
Eco050	71,4	4,1	75,5	159,9	14,3	174,1
Ecovias do Cerrado	46,1	-	46,1	154,3	-	154,3
Ecovias do Araguaia	142,0	0,4	142,3	338,5	0,9	339,3
EcoRioMinas	415,3	-	415,3	833,4	-	833,4
EcoNoroeste	91,8	-	91,8	113,7	-	113,7
Ecoporto Santos e Ecopátio Cubatão	1,6	-	1,6	4,8	-	4,8
Outros¹	25,8	-	25,8	78,4	-	78,4
Eliminações	(4,2)	-	(4,2)	(11,8)	-	(11,8)
CAPEX	1.263,7	27,9	1.291,6	2.740,6	86,1	2.826,7
Outorga ao Poder Concedente - EcoNoroeste	-	-	-	1.285,0	-	1.285,0
Total	1.263,7	27,9	1.291,6	4.025,6	86,1	4.111,7

1) Considera Serviços e Holding e a capitalização de encargos financeiros do financiamento da Holding do Araguaia.

O capex realizado totalizou R\$1.291,6 milhões no 3T23 e R\$2.826,7 milhões nos 9M23. No 3T23, os principais investimentos destinaram-se à: implantação de praças de pedágio, bases operacionais e obras de conservação especial de pavimento na **EcoRioMinas**, obras de duplicação e conservação especial de pavimento na **Eco135** e obras de conservação especial de pavimento na **EcoNoroeste** e **Ecovias do Araguaia**.

Adicionalmente, a Companhia destaca que nos 9M23, a **Eco135** entregou as primeiras obras de duplicação, expansão e melhorias na BR-135. Até setembro, a concessionária concluiu as obras de 63 km de duplicações, 11 km de faixas adicionais, passarelas, paradas de ônibus, melhorias em acessos, interseções, reabilitação de sinalização e recuperação de pavimento. No 4T23, a Eco135 entregará 27 km de duplicações, atingindo 90 km de duplicações em 2023. A **Ecovias dos Imigrantes**, entregou em setembro as obras da segunda fase da remodelação da entrada de Santos (Binário II), entre o km 59 e o km 65 da Via Anchieta. As obras foram entregues com dois meses de antecedência.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“EcoRodovias”, “EcoRodovias Infraestrutura”, “Companhia” ou “EIL”) é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla “ECOR3” e, sendo a controladora final do Grupo Ecorodovias, a Aurelia S.l.r., localizada na cidade de Tortona – Itália. A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuária, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionados às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui onze concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) distribuídos em oito estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo – SP.

As controladas diretas da Companhia (“Grupo EcoRodovias”) estão sumarizadas na Nota Explicativa nº 11.

Em 07 de novembro de 2023, o Comitê de Auditoria, analisou e se manifestou favoravelmente a estas Informações Trimestrais e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 08 de novembro de 2023.

2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominadas de “demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022”), publicadas no dia 17 de março de 2023 no jornal Valor Econômico (versão impressa e on-line) e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.gov.br/cvm, www.b3.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

A Administração da Companhia, avaliou as novas normas, alterações e interpretações existentes com a adoção inicial em 1º de janeiro de 2023, e concluiu que não há impacto relevante sobre as informações contábeis financeiras intermediárias, individuais e consolidadas da Companhia.

4. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Nos períodos de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2023, não houve alterações nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação àquelas detalhadas nas demonstrações financeiras anuais.

Notas Explicativas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	8	38	26.254	34.371
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	4.130	4.350	2.301.262	934.261
Operações compromissadas (b)	832	1.179	25.217	76.637
Certificado de depósito bancário CDB (c)	-	-	374.633	323.976
Aplicações automáticas (d)	159	184	21.747	10.214
	<u>5.129</u>	<u>5.751</u>	<u>2.749.113</u>	<u>1.379.459</u>

- (a) Em 30 de setembro de 2023 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 85,3% de aplicações em Certificados de Depósito Bancários e 14,7% em Cotas de Fundo (Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de Investimento estava composta por 95,1% de aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundos.).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,4% em 30 de setembro de 2023 nos dois períodos do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 91% do CDI em 30 de setembro de 2023 (84,8% em 31 de dezembro de 2022), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF.
- (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 103,3% do CDI em 30 de setembro de 2023 (103% em 31 de dezembro de 2022), sem o risco de perda significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação automática, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e podem variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Cotas Fundo BTG CDB Plus (a)	682	224	379.541	48.035
Cotas Fundo – FIDC_ECO (b)	27	-	15.775	-
	<u>709</u>	<u>224</u>	<u>395.316</u>	<u>48.035</u>

- (a) Em 30 setembro de 2023 e 31 dezembro de 2022, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitidas pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remuneradas à taxa média ponderada de 103,4% do CDI (103,4% em 31 de dezembro de 2022), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui Liquidez Diária.
- (b) Em 30 de setembro de 2023, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo Ecorodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 103,4% do CDI, vinculado ao fundo de investimento.

Notas Explicativas**7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONTA RESERVA – CONSOLIDADO**

	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fundo de investimento	134.936	135.886
Certificado de depósito bancário (CDB)	62.360	47.975
Conta corrente – Reserva	4.643	1.123
	<u>201.939</u>	<u>184.984</u>
Circulante	75.636	71.256
Não circulante	126.303	113.728

Em 30 de setembro de 2023, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

8. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pedágio eletrônico	357.196	239.969
Receitas acessórias	22.365	2.331
Recebíveis de portos	15.868	33.978
Outras contas a receber (a)	71.971	56.812
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(7.343)	(7.553)
	<u>460.057</u>	<u>325.537</u>

(a) O aumento refere-se a venda de ativo imobilizado da controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., realizado no 1º trimestre de 2023, no montante total de R\$ 25.000.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	452.891	322.037
Vencidos:		
Até 30 dias	2.004	5.625
De 31 a 90 dias	2.655	827
De 90 a 120 dias	1.175	259
Acima de 120 dias	8.675	4.342
	<u>467.400</u>	<u>333.090</u>

A movimentação do período nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2023</u>	<u>30/09/2022</u>
Saldo no início do período	(7.553)	(5.968)
Valores recuperados	2.994	2.505
Valores baixados	172	47
Constituição de PECLD	(2.956)	(2.268)
Saldo no fim do período	<u>(7.343)</u>	<u>(5.684)</u>

Notas Explicativas**9. OUTROS CRÉDITOS – CONSOLIDADO**a) Outros Créditos poder concedente

	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ecovias do Araguaia	1.263.089	1.123.688
EcoRioMinas	5.149	1.878
EcoNoroeste	4.473	-
	<u>1.272.711</u>	<u>1.125.566</u>

b) Ativo sujeito a indenização

	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo financeiro	305.003	293.474
Residual ativo imobilizado	1.186	31.535
	<u>306.189</u>	<u>325.009</u>

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais é:

<u>Natureza:</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cível	-	70	19.422	14.037
Tributário	-	-	5.542	4.062
Trabalhista	5	15	13.019	18.838
Desapropriações	-	-	28.008	25.648
THC2 – <i>Terminal Handling Charge</i>	-	-	94.066	89.760
Órgão Regulador	-	-	13.930	13.618
	<u>5</u>	<u>85</u>	<u>173.987</u>	<u>165.963</u>

Em 30 de setembro de 2023, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas**11. INVESTIMENTOS**

a) Controladora

	31/12/2022	Aporte de capital	Aporte Capital com Investimento	Equivalência patrimonial	30/09/2023
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	2.617.471	-	20.725	588.944	3.227.140
Ecoporto Santos S.A.	404.900	-	-	(11.662)	393.238
ELG-01 Participações Ltda. (a)	21.106	150	(20.725)	(531)	-
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	(3.601)	-	-	(5.958)	(9.559)
EIL-01 Participações S.A.	380	-	-	23	403
EILO6 S.A.	1	10	-	(1)	10
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	45.034	-	-	16.881	61.915
Lucros não realizados - Eco101	(787)	-	-	39	(748)
	<u>3.084.504</u>	<u>160</u>	<u>-</u>	<u>587.735</u>	<u>3.672.399</u>

(a) Em 31 de maio de 2023, a Companhia, realizou aporte de capital na controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., mediante a conferência de bens, nos termos do Art. 8º da Lei 6.404/76, consistente no acervo líquido da ELG 01 Participações Ltda, no montante de R\$20.725, conforme laudo de avaliação emitido pela APSIS Consultoria e Avaliações Ltda.

b) Os saldos dos ágios na controladora classificados como “outros investimentos societários” (reclassificados para o intangível no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2022	Amortização	30/09/2023
Ágio – Ecosul	1.669	(385)	1.284
	<u>1.669</u>	<u>(385)</u>	<u>1.284</u>

c) Dividendos a receber:

	31/12/2022	Propostos	Recebidos	30/09/2023
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	273.541	-	(169.500)	104.041
EIL-01 Participações S.A.	15	-	-	15
	<u>273.556</u>	<u>-</u>	<u>(169.500)</u>	<u>104.056</u>

12. IMOBILIZADO – CONSOLIDADO

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	4,0	25,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	9,9	19,7	7,1	-	4,0	1,2	9,7	11,0	5,1	-
CUSTO										
Saldos em 31/12/2022	563.293	338.589	33.198	27.298	82.416	253.489	18.925	58.859	9.512	1.385.579
Adições	139.969	19.148	3.190	-	-	962	2.608	2.064	46	167.987
Baixas	(2.966)	(3.434)	(172)	(2.207)	-	(442)	(738)	(173)	(372)	(10.504)
Transferências	(74)	1.082	8	-	-	-	-	36	(36)	1.016
Saldos em 30/09/2023	700.222	355.385	36.224	25.091	82.416	254.009	20.795	60.786	9.150	1.544.078
DEPRECIAÇÃO										
Saldos em 31/12/2022	(388.727)	(235.245)	(19.829)	-	(58.014)	(244.936)	(15.137)	(25.931)	(6.124)	(993.943)
Adições	(46.857)	(51.168)	(1.837)	-	(2.472)	(2.250)	(1.427)	(4.933)	(349)	(111.293)
Baixas	140	2.504	155	-	-	426	738	-	372	4.335
Tranferências	5	-	2	-	-	-	-	-	-	7
Saldos em 30/09/2023	(435.439)	(283.909)	(21.509)	-	(60.486)	(246.760)	(15.826)	(30.864)	(6.101)	(1.100.894)
RESIDUAL										
Em 30/09/2023	264.783	71.476	14.715	25.091	21.930	7.249	4.969	29.922	3.049	443.184
Em 31/12/2022	174.566	103.344	13.369	27.298	24.402	8.553	3.788	32.928	3.388	391.636

Em 30 de setembro de 2023, alguns bens (do ativo imobilizado), classificados na rubrica "veículos" (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos. Para as debêntures não existem garantias dessa natureza.

13. INTANGÍVEL – CONSOLIDADO

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de Uso – CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de depreciação - %	-	-	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	(b)	-	7,8	-	4,1	(d)	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2022	15.659.992	8.561	215.384	2.848.591	1.979	268.976	19.003.483
Adições	653.982	-	20.259	3.230.146	-	34.299	3.938.686
Baixas	(314)	-	(44)	(1.257)	-	(5.793)	(7.408)
Transferências	2.070.053	-	521	(2.071.209)	(381)	-	(1.016)
Saldos em 30/09/2023	18.383.713	8.561	236.120	4.006.271	1.598	297.482	22.933.745
AMORTIZAÇÃO							
Saldos em 31/12/2022	(5.178.479)	(6.756)	(167.541)	-	(1.138)	(114.730)	(5.468.644)
Adições	(394.038)	(385)	(13.238)	-	(49)	(49.691)	(457.401)
Baixas	-	-	-	-	-	1.013	1.013
Transferências	-	-	(7)	-	-	-	(7)
Saldos em 30/09/2023	(5.572.517)	(7.141)	(180.786)	-	(1.187)	(163.408)	(5.925.039)
RESIDUAL							
Em 30/09/2023	12.811.196	1.420	55.334	4.006.271	411	134.074	17.008.706
Em 31/12/2022	10.481.513	1.805	47.843	2.848.591	841	154.246	13.534.839

(a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 30 de setembro de 2023, as principais adições nesta rubrica referem-se a: ônus da Concessão da controlada Econoroeste no montante de R1.284.988, consultorias e implantações de início da Concessão (Econoroeste), pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.

(b) As taxas médias de amortização em 30 de setembro de 2023 foram 2,90% a.a. (2,81% a.a. em 30 de setembro de 2022).

(c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no período findo em 30 de setembro de 2023 referem-se as duplicações e melhorias, desapropriações, restauração e reabilitação de pavimentos, levantamento de parâmetros, implantação de drenos de pavimentos, recuperação de obras de artes especiais, restauração de passivos e condicionantes ambientais, recuperação e contenção de encostas, implantação de passarelas, reabilitação do pavimento, trabalhos iniciais nas rodovias, obras civis nas praças de pedágios, e capitalização de encargos.

(d) Amortização realizada conforme prazo de contrato de arrendamentos.

No período findo em 30 de setembro de 2023, foram capitalizados R\$199.200 referentes a encargos financeiros (R\$199.192 em 30 de setembro de 2022) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Notas Explicativas

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos - consolidado

	Balanco patrimonial			Resultado	
	31/12/2022	Adições	Baixas	30/09/2023	30/09/2023
Realização do ágio na incorporação:					
Ecosul	1.178	-	(271)	907	(271)
Ecopátio	2.024	-	(217)	1.807	(217)
Argovias	14.045	-	-	14.045	-
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	15.177	6.011	(1.021)	20.167	4.990
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	314.875	837	(15.087)	300.625	(14.250)
Provisão para manutenção	81.095	26.684	(18.667)	89.112	8.017
AVP ônus concessão	30.017	19.938	(24.890)	25.065	(4.952)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	483	184	(163)	504	21
Efeitos Lei nº 12.973/14 - extinção RTT	(31.752)	-	2.486	(29.266)	2.486
Depreciação societária	(1.532)	-	-	(1.532)	-
Juros capitalizados	(87.196)	(42.013)	705	(128.504)	(41.308)
Direito reequilíbrio	(24.140)	(13.820)	-	(37.960)	(13.820)
Outros	1.336	434	(341)	1.429	93
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	<u>315.610</u>	<u>(1.745)</u>	<u>(57.466)</u>	<u>256.399</u>	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					<u>(59.211)</u>

(a) O saldo refere-se ao prejuízo fiscal das controladas: Ecorodovias Concessões e Serviços, Termares, Eco050, Eco135 e EcoRioMinas. Para o período findo em 30 de setembro de 2023, a controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., não efetuou o registro de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa, devido a mudanças na expectativa de recuperabilidade, porém, mesmo não havendo o registro contábil, fiscalmente o direito ao crédito permanece e não tem data de expiração, conforme determina a legislação brasileira. Em havendo novamente expectativa de recuperabilidade futura, a companhia procederá com o registro contábil.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro, parágrafo 73, a companhia possui em 30 de setembro de 2023 R\$332.798 no ativo não circulante e R\$76.399 no passivo não circulante (R\$355.223 no ativo circulante e R\$39.613 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022), e registrou débito de R\$59.211 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do período.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	451.883	137.135	972.570	251.260
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(153.640)	(46.626)	(330.674)	(85.428)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Lucros não realizados	-	-	(3.807)	(3.802)
Gratificações/PPR diretores	(955)	(1.186)	(2.270)	(2.418)
Equivalência patrimonial	199.830	94.925	-	-
Despesas indedutíveis	(6)	(9)	(135)	(359)
Amortização de ágio	(131)	(131)	15.458	25.806
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	1.809	818
Créditos tributários não constituídos (a)	(43.913)	(45.670)	(189.409)	(115.393)
Acordo Leniência/Não Persecução Cível	(650)	(1.419)	(733)	(2.679)
Capitalização juros sobre investimentos	-	-	18.352	40.480
Outros	(535)	116	(14.103)	11.634
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(505.512)</u>	<u>(131.341)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(446.301)	(212.606)
Impostos diferidos	-	-	(59.211)	81.265
Taxa efetiva	-	-	52,0%	52,3%

(a) São compostos pela Companhia e pelas controladas Ecorodovias Concessões e Serviços, Ecoporto Santos, Termares, CECM, RDC e Eco101.

Notas Explicativas

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social - consolidado

	<u>30/09/2023</u>	<u>30/09/2022</u>
Saldo no início do período provisão IR/CS	45.385	18.076
Despesa IR/CS DRE	446.301	212.606
Total de IR/CS pagos	<u>(318.851)</u>	<u>(197.267)</u>
Saldo no fim do período provisão IR/CS	<u>172.835</u>	<u>33.415</u>

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

<u>Modalidade</u>	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social	1.719.200	1.424.004
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	444.523	452.794
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	101.743	103.294
Outros	15.198	15.189
	<u>2.280.664</u>	<u>1.995.281</u>
Circulante	120.600	106.979
Não Circulante	2.160.064	1.888.302

A movimentação do período dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2023</u>	<u>30/09/2022</u>
Saldo no início do período	1.995.281	2.883.268
Adições (a)	332.024	491.587
Encargos financeiros (Nota 27)	147.053	179.890
Pagamento principal	(83.980)	(1.376.252)
Pagamento de juros	<u>(109.714)</u>	<u>(297.076)</u>
Saldo no fim do período	<u>2.280.664</u>	<u>1.881.417</u>
Circulante	120.600	106.012
Não circulante	2.160.064	1.775.405

Em 14 de fevereiro de 2023, a controlada Ecopistas realizou a liquidação antecipada do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Economico e Social – BNDES.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
2024	33.360	117.478
2025	123.246	123.443
2026	134.821	129.472
2027	142.293	134.637
2028	153.834	145.631
Posteriores a 2028	<u>1.572.510</u>	<u>1.237.641</u>
	<u>2.160.064</u>	<u>1.888.302</u>

Notas Explicativas

(a) As adições no período findo em 30 de setembro de 2023, referem-se a:

Companhia	Modalidade	Montante
Ecovias do Araguaia	BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social	271.505
Eco135	BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social	68.916

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros (“covenants”). Os referidos índices são medidos semestral ou anualmente conforme cada contrato, com base nas Demonstrações Financeiras de cada período. As controladas da Companhia estão adimplentes com os referidos índices.

16. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures no período está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Saldo no início do período	991.387	-	9.495.731	7.076.353
Adições (a)	-	945.829	5.707.880	3.695.751
Encargos financeiros (Nota 27)	109.266	76.994	1.182.411	804.133
Pagamento principal (b)	-	-	(1.570.476)	(874.171)
Pagamento de juros	(144.638)	(67.268)	(1.113.414)	(600.406)
Saldo no fim do período	956.015	955.555	13.702.132	10.101.660
Circulante	386.955	7.631	3.483.649	2.709.588
Não circulante	569.060	947.924	10.218.483	7.392.072

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	30/09/2023			31/12/2022		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2024	-	(203)	(203)	380.000	(970)	379.030
2025	285.000	(506)	284.494	285.000	(527)	284.473
2026	190.000	(198)	189.802	190.000	(216)	189.784
2027	95.000	(33)	94.967	95.000	(32)	94.968
	570.000	(940)	569.060	950.000	(1.745)	948.255
	Consolidado					
	30/09/2023			31/12/2022		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2024	72.032	(13.455)	58.577	3.118.236	(11.582)	3.106.654
2025	3.561.621	(29.741)	3.531.880	650.712	(8.285)	642.427
2026	1.108.805	(20.804)	1.088.001	337.685	(7.642)	330.043
2027	2.064.391	(17.309)	2.047.082	1.267.765	(6.834)	1.260.931
2028	248.967	(11.850)	237.117	131.424	(5.722)	125.702
Posteriores a 2028	3.318.088	(62.262)	3.255.826	1.977.260	(39.079)	1.938.181
	10.373.904	(155.421)	10.218.483	7.483.082	(79.144)	7.403.938

Notas Explicativas

(a) As adições no período findo em 30 de setembro de 2023, referem-se a:

Ecovias dos Imigrantes

Em 03 de março de 2023, o Conselho de Administração da controlada Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., aprovou a 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos da Lei nº 6.385/1976 e da Resolução CVM 160/2022, no valor total de R\$900.000. Em 28 de março de 2023, ocorreu a entrada dos recursos da referida emissão.

Sobre a referida debênture incidem juros remuneratórios de CDI + 2,00%, sendo o pagamento da remuneração realizado semestralmente, a partir da data de emissão. A referida debênture terá prazo de vencimento de 2 (dois) anos, contados da data de emissão, sendo amortizada em parcela única na data do vencimento.

Econoroeste

Em 27 de março de 2023, o Conselho de Administração da controlada Concessionária de Rodovias Noroeste Paulista S.A. - Econoroeste, aprovou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie de garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, registrada sob o rito automático, nos termos da Resolução CVM nº 160/2022 no valor total de R\$1.400.000. A emissão da debênture ocorreu no dia 30 de março de 2023. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 5 de abril de 2023.

A referida debênture será remunerada pelo CDI + 2,50%a.a., e o pagamento da remuneração será realizado semestralmente, a partir da data de emissão. A debênture terá prazo de vencimento de 2 anos e 6 meses, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto em 15 de setembro de 2025, sendo amortizada em parcelas semestrais consecutivas.

Ecopistas

Em 02 de março de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária da controlada Ecopistas, foi aprovada a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em 2 (duas séries), no valor total de R\$1.180.000 (sendo R\$472.000 da primeira série e R\$708.000 da segunda série). A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 10 de abril de 2023.

A referida debênture será remunerada na primeira série pelo IPCA + 7,55% e na segunda série pelo IPCA + 8,15%, e o pagamento da remuneração será realizado semestralmente, a partir da data de emissão. As debêntures da primeira série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto em 15 de março de 2030, sendo amortizadas em parcelas semestrais consecutivas a partir de 15 de setembro de 2024. As debêntures da segunda série terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2035, sendo também amortizadas em parcelas semestrais consecutivas a partir de 15 de setembro de 2030.

Ecorodovias Concessões e Serviços

Em 06 de junho de 2023, o Conselho de Administração da controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., aprovou a 12ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos da Lei nº 6.385/1976 e da Resolução CVM 160/2022, no valor total de R\$650.000. A emissão da debênture ocorreu no dia 20 de junho de 2023. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 22 de junho de 2023.

A referida debênture será remunerada pelo CDI + 2,65%a.a., e o pagamento da remuneração será realizado semestralmente, a partir da data de emissão. A debênture terá prazo de vencimento de 3 anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto em 20 de junho de 2026, sendo amortizada em parcela única na data do vencimento.

Notas Explicativas

Ecosul

Em 28 de abril de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária da controlada Ecosul, foi aprovada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos da Resolução CVM 160/2022, no valor total de R\$140.000. A emissão da debênture ocorreu no dia 15 de maio de 2023. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 23 de maio de 2023.

A referida debênture será remunerada pelo CDI + 2,20%a.a., e o pagamento da remuneração será realizado anualmente, a partir da data de emissão. A debênture terá prazo de vencimento de 2 anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto em 15 de maio de 2025, sendo amortizada em parcela única na data do vencimento.

Ecovias do Cerrado

Em 08 de agosto de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária da controladora Ecovias do Cerrado, foi aprovada a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos da Resolução CVM 160/2022, no valor total de R\$640.000. A da debênture ocorreu no dia 15 de agosto de 2023. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 06 de setembro de 2023.

A referida debênture será remunerada pelo IPCA + 6,35%a.a., e o pagamento da remuneração será realizado em parcela única na data do vencimento. A debênture terá prazo de vencimento de 4 anos e 1 mês, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto em 15 de setembro de 2027, sendo amortizada em parcela única na data do vencimento.

Eco135

Em 10 de agosto de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária da controlada Eco135, foi aprovada a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385/1976 e Resolução da CVM 160/2022 e do artigo 59 da lei nº 6.404, no valor total de R\$520.000. A emissão da debênture ocorreu no dia 15 de julho de 2023. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 23 de agosto de 2023.

A referida debênture será remunerada pelo IPCA + 7,10% , e o pagamento da remuneração será realizado semestralmente, a partir da data de emissão. A debênture terá prazo de vencimento de 236 meses, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto em 15 de março de 2043, sendo amortizada em 36 parcelas semestrais.

EcoRioMinas

Em 31 de agosto de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária da controlada EcoRioMinas, foi aprovada a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos da Resolução CVM 160/2022, no valor total de R\$400.000. A emissão da debênture ocorreu no dia 11 de setembro de 2023. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 15 de setembro de 2023.

A referida debênture será remunerada pelo CDI + 2,05%a.a., e o pagamento da remuneração será realizado em parcela única na data do vencimento. A debênture terá prazo de vencimento de 18 meses, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto em 11 de março de 2025, sendo amortizada em parcela única na data do vencimento.

Notas Explicativas

(b) A principal baixa no período, refere-se ao resgate antecipado facultativo da debênture da 10ª Emissão da controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no valor principal de R\$1.000.000, que ocorreu em 28 de junho de 2023.

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros (“*covenants*”). Conforme demonstrado no quadro a seguir, as controladas estão adimplentes com os referidos índices:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecovias dos Imigrantes	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,5x	2,00
		Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	> 2,0x	5,93
Ecorodovias Concessões e Serviços	6ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,09
		Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≥ 1,50x	3,01
	7ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤4,50x	3,45
	8ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤4,75x	3,37

A Companhia e suas controladas estão adimplentes com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos.

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	855	-	145.444	154.330
Circulante	855	-	53.572	51.252
Não circulante	-	-	91.872	103.078

18. PARTES RELACIONADAS

Controladora

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)				Montantes envolvidos				Outras informações	
			Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Receita	Garantias	Posição contratual
a)	Itinera Construções	Outras partes relacionadas	01/08/2021	31/12/2023	138	34	4	-	Em até 45 dias	36	N/A	Credor
i)	Empr.Concess.de Rodovias do Sul S.A. Ecosul	Controlada indireta	-	-	-	-	77	-	Em até 45 dias	682	N/A	Credor
	Saldo em 30 de setembro de 2023						81	-		718		
	Saldo em 31 de dezembro de 2022						416	-		-		
	Saldo em 30 de setembro de 2022						-	-		702		

Consolidado

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)				Montantes envolvidos							Outras informações	
			Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Receita	Custo	Despesa	Intangível	Garantias	Posição contratual
a)	Itinera Construções Ltda	Outras partes relacionadas	01/08/2021	31/12/2023	138	34	4	-	Em até 45 dias	36	-	-	-	N/A	Credor
b)	Igli do Brasil Participações S.A	Outras partes relacionadas	01/01/2023	31/03/2024	60	15	5	-	Em até 45 dias	45	-	-	-	N/A	Credor
c)	Consórcio NN Engenharia e Consultoria	Outras partes relacionadas	01/06/2022	30/04/2024	8.232	1.369	-	947	Em até 45 dias	-	-	71.142	-	N/A	Devedor
d)	CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenh.Ltda. e TB Transportadora de Betume Ltda.	Outras partes relacionadas	15/12/2020	30/04/2024	96.523	12.051	-	228	Em até 45 dias	-	-	-	-	N/A	Devedor
d)	CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenh.Ltda. e TB Transportadora de Betume Ltda.	Outras partes relacionadas	15/12/2020	31/01/2023	70.697	9.572	-	-	-	-	-	-	-	N/A	Devedor
e)	Consórcio Binário do Porto de Santos	Outras partes relacionadas	17/12/2021	01/12/2023	192.672	9.347	-	7.589	Em até 45 dias	-	-	-	26.000	N/A	Devedor
f)	ICCR 135 S.A	Outras partes relacionadas	10/06/2021	28/07/2024	874.483	652.949	-	71.091	Em até 45 dias	-	-	-	241.941	N/A	Devedor
g)	ICCR 153 S.A	Outras partes relacionadas	18/10/2021	15/01/2057	3.809.158	3.484.948	-	70.222	Em até 45 dias	-	-	-	1.354	N/A	Devedor
h)	SINELEC S.p.A	Outras partes relacionadas	19/01/2023	31/12/2024	3.509	2.411	-	-	-	-	2.670	-	-	N/A	Devedor
h)	SINELEC S.p.A	Outras partes relacionadas	28/09/2021	28/02/2023	4.079	-	-	-	-	-	-	-	-	N/A	Devedor
j)	Consórcio BR050	Outras partes relacionadas	11/07/2019	30/06/2023	306.755	38.237	-	-	Em até 45 dias	-	-	-	4.218	N/A	Devedor
	Saldo em 30 de setembro de 2023						9	150.077		81	2.670	71.142	273.513		
	Saldo em 31 de dezembro de 2022						584.815	96.857		-	-	-	-		
	Saldo em 30 de setembro de 2022									68	-	-	378.165		

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- Locação de salas;
- Prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas;

- c) Prestação de serviços de assessoria técnica ampla, compreendendo a gestão, revisão e acompanhamento de Novos Projetos e demais estudos de necessidade da Engenharia para a controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.;
- d) Fornecimento e transporte de material asfáltico para as controladas indiretas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas;
- e) Prestação de serviço de "Ampliação da Segunda Fase da adequação do sistema viário entre os KM 61,5 e KM 65 da SP-150 (Anchieta)" e também "Execução de obras para ampliação do Trevo do Viaduto Rubens Paiva no KM 59+850 da SP-150 - Município de Cubatão", da controlada Ecovias dos Imigrantes;
- f) Prestação de serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR135/MG, MG231/MG e LMG754/MG, da controlada Eco135;
- g) Prestação de serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO da controlada Ecovias do Araguaia;
- h) Prestação de serviços referente às atividades de investigação e desenvolvimento, para conceber, implementar e montar site para teste de conceito (POC) de sistema *Multilane Freeflow Tolling (MLFF)* das controladas Ecoponte, Eco101 e Ecosul;
- i) Locação de imóvel;
- j) Prestação de serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-050/GO da controlada Eco050;

Os saldos de contrato de mútuo entre empresas controladas em 30 de setembro de 2023 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolverem a controladora e serem eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	Emissão	Vencimento	Taxa	30/09/2023	31/12/2022
Ecorodovias Concessões	Ecopistas	10/2010	03/2025 (a)	100% CDI + 1,20% a.a.	-	182.475
CECM Concessões S.A	Ecorodovias Concessões	06/2022	12/2023 (b)	100% CDI + 1,80% a.a.	2.425	3.618
					<u>2.425</u>	<u>186.093</u>

(a) Em 11 de abril de 2023, a controlada indireta Ecopistas realizou a liquidação antecipada do referido mútuo.

(b) Em 23 de junho de 2023, a controlada indireta CECGM realizou o aditivo do contrato, prorrogando o prazo até 29 de dezembro de 2023.

Remuneração dos administradores

Em 19 de abril de 2023, a Assembleia Geral Ordinária, definiu a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023 em R\$26.900 (R\$13.445 para o exercício de 2022), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

Notas Explicativas**19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO**

	31/12/2022	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2023
Constituição da provisão para manutenção	1.998.748	116.683	-	-	2.115.431
Efeito do valor presente sobre constituição	(425.208)	(26.969)	-	-	(452.177)
Realização da manutenção	(1.599.261)	-	(85.232)	-	(1.684.493)
Ajuste a valor presente – realizações	349.418	-	-	23.549	372.967
	<u>323.697</u>	<u>89.714</u>	<u>(85.232)</u>	<u>23.549</u>	<u>351.728</u>
Circulante	94.792				108.193
Não circulante	228.905				243.535

20. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

	31/12/2022	Adição (intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2023
Constituição da provisão para obras futuras	189.263	-	-	-	189.263
Efeito do valor presente sobre a constituição	(42.539)	-	-	-	(42.539)
Realização da construção	(107.995)	-	(913)	-	(108.908)
Ajuste a valor presente – realizações	20.030	-	-	837	20.867
Atualização Monetária	7.960	1.803	-	-	9.763
	<u>66.719</u>	<u>1.803</u>	<u>(913)</u>	<u>837</u>	<u>68.446</u>
Circulante	18.971				17.555
Não circulante	47.748				50.891

21. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE – CONSOLIDADO**(a) Outorgas fixas, variáveis, taxas de fiscalização e outras**

	30/09/2023	31/12/2022
Parcelas:		
Variáveis	5.999	3.817
Fixas	975.149	963.727
Verbas/Taxas de fiscalização	4.690	4.563
Outras (PRE/PRF)	41	375
Outras (Nota 9.a)	1.272.711	1.125.566
	<u>2.258.590</u>	<u>2.098.048</u>
Circulante	50.199	118.448
Não circulante	2.208.391	1.979.600

Notas Explicativas

A movimentação do período das obrigações com poder concedente está demonstrada a seguir:

	30/09/2023	30/09/2022
Saldo no início do período	2.098.048	2.604.716
Custo (Nota 26)	105.661	71.183
Baixa Principal	-	(253.718)
Revisão taxa AVP	-	(366.262)
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (Nota 27)	88.355	122.016
Rendimento de aplicação conta ajuste (líquido IRRF)	95.575	3.764
Retenção conta ajuste (EcoRioMinas e Ecovias do Araguaia)	60.417	260
Reembolso DUF (EcoRioMinas e Econoroeste)	(13.320)	-
Retenção sobre a tarifa (Econoroeste)	4.473	-
Pagamento do principal	(180.619)	(143.394)
Saldo no fim do período	<u>2.258.590</u>	<u>2.038.565</u>

(b) Outros compromissos relativos a concessões

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de setembro de 2023, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. Os investimentos futuros relativos a EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A. e a Concessionária de Rodovias Noroeste Paulista S.A. estão sendo revisados e serão divulgados oportunamente.

	30/09/2023 (até o fim do prazo de concessão)			
	Natureza dos custos			
	Melhorias na infraestrutura	Conservação especial (manutenção)	Equipamentos	Total
Ecosul	6.068	70.587	37.023	113.678
Ecovias	504.022	944.700	58.084	1.506.806
Ecopistas	41.550	471.134	289.734	802.418
Eco101	1.170.800	456.292	451.078	2.078.170
Ecoponte	174.917	181.297	105.750	461.964
Eco050	390.889	1.302.714	10.375	1.703.978
Eco135	575.550	1.091.654	61.536	1.728.740
Ecovias do Cerrado	594.193	1.581.156	54.938	2.230.287
Ecovias do Araguaia	3.729.537	3.468.372	568.823	7.766.732
Total	<u>7.187.526</u>	<u>9.567.906</u>	<u>1.637.341</u>	<u>18.392.773</u>

(c) Adesão ao Processo de Relicitação – Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Conforme Fatos Relevantes, divulgados em 15 de julho de 2022, 01 de junho de 2023 e 30 de agosto de 2023, a declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, da controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, ensejou a celebração, em 30 de agosto de 2023, do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (“Contrato de Concessão”), firmado pela Eco101 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (“Termo Aditivo”).

O Termo Aditivo estabelece as condições de prestação dos serviços e as responsabilidades das partes durante o período de relicitação da BR-101/ES/BA, nos termos da Lei Federal nº 13.448/2017 e do Decreto nº 11.539, de 31 de maio de 2023, que qualificou o empreendimento para relicitação. A vigência do Termo Aditivo terá início em 180 dias contados a partir da data de publicação no Diário Oficial da União, em razão da necessidade de conclusão dos cenários possíveis e viáveis à readaptação e otimização do Contrato de Concessão. Caso essa alternativa seja viabilizada, com a formalização da solução pelo Tribunal de Contas da União (“TCU”), o Termo Aditivo será extinto e realizado um novo termo aditivo de readaptação do Contrato de Concessão. Caso a alternativa não seja viabilizada, será dado seguimento ao processo de relicitação previsto no Termo Aditivo. Eventuais efeitos econômicos e financeiros, decorrentes do processo

Notas Explicativas

de relicitação serão reconhecidos nas demonstrações financeiras quando do início da vigência do Termo Aditivo. A Eco101 permanecerá operando o trecho concedido, de forma a preservar o interesse e a segurança dos usuários da Rodovia BR-101/ES/BA.

(d) Reconhecimento de desequilíbrio contratual Ecopistas

Em 05 novembro de 2022 foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo a decisão do conselho diretor da ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte de São Paulo, que reconheceu o desequilíbrio contratual da controlada Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, causado pelo acréscimo da Obra do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto no trecho de Taubaté. O valor reconhecido é de R\$52.877 (data-base: julho/2008), com valor atualizado de R\$476.858 (data-base: julho/2022). A Agência dará continuidade ao trâmite processual para definição da modalidade de reequilíbrio e formalização do respectivo Termo Aditivo e Modificativo ao Contrato de Concessão.

22. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

a) CECM Concessões S.A. (anteriormente denominada Concessionária Ecovia Caminho do Mar) e RDC Concessões S.A. (anteriormente denominada Rodovia das Cataratas – Ecocataratas).

Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a CECM, suas sociedades relacionadas, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“ECS”) e a Companhia, e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias alegando nulidade do contrato de concessão e seus aditivos em decorrência de atos investigados na Operação Integração. O pleito deduzido na ação destina-se à reparação dos supostos danos materiais (estimados em R\$4.495.904) e morais (estimados em R\$500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção. O MPF apresentou manifestação requerendo a observância do acordo de leniência firmado, sendo contrário ao deferimento de medida cautelar contra as lenientes. A liminar requerida pelo Estado foi indeferida em primeira e segunda instâncias. Atualmente, o processo foi suspenso em julho de 23 e remetido ao SISTCON-TRF4, para tentativa de conciliação, antes de dar início a fase de produção de provas.

Em 12 de agosto de 2019, a Companhia e suas controladas ECS e as Concessionárias do Paraná (Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas), celebraram acordo de leniência com o Ministério Público Federal no âmbito da Operação Integração. O Acordo foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, assim como pelo Juízo da 1ª Vara Federal de Curitiba, processo nº 5072227-36.2019.4.04.7000, sendo que, na visão da Companhia e de suas controladas, as obrigações estabelecidas foram cumpridas, inclusive as obrigações assumidas no Acordo, na cláusula 6ª, itens “l” (implementar um programa de integridade efetivo e robusto) e “m” (sujeitar-se a monitoramento independente) face a entrega, em 31 de março de 2023, do Relatório de Certificação pela Monitora Independente, que ensejou a declaração de cumprimento emitida pelo MPF, em 15 de maio de 2023. As obras eleitas como prioritárias foram concluídas e liberadas ao tráfego, com anuência do DER/PR. Aguarda-se que o DER/PR efetue a medição final das obras executadas. No tocante à divergência referente à modalidade de aplicação da metodologia de precificação pela tabela SICRO para o custo dos investimentos executados, o MPF proferiu decisão negando a tese da Companhia, motivo pelo qual a Companhia vem conduzindo o encaminhamento do tema com o MPF.

Em virtude do acordo de leniência celebrado com o MPF, em 31 de outubro de 2019, a Companhia recebeu notificação encaminhada pela Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR) informando a instauração de processo administrativo de responsabilização (PAR) para apuração da prática de atos lesivos contra a Administração Pública. A Companhia e suas controladas apresentaram suas defesas prévias. Em 10 de agosto de 2021, mediante a Resolução CGE nº 45, o Controlador-Geral do Estado proferiu decisão no processo administrativo para: (1) aplicar multa de R\$38.600 para a RDC e R\$27.570 para a CECM; (2) determinar a condenação solidária da EcoRodovias Concessões e Serviços - ECS; (3) impor às empresas (RDC, CECM e ECS) a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Paraná, por 2 (dois) anos; e (4) recomendar que o DER/PR instaure processo administrativo autônomo para a apuração da eventual inexecução contratual e consequente levantamento dos danos dela decorrentes. Em 20 de agosto de 2021 as Companhias apresentaram recurso. Foi proferida decisão pelo Corregedor Geral apenas para incluir a possibilidade de pena alternativa ao pagamento das multas, mediante a realização de operação e manutenção das rodovias, por 1 ano, sem a cobrança da tarifa de

Notas Explicativas

pedágio. Em razão da decisão substitutiva proferida, a Companhia apresentou novo recurso com efeito suspensivo, ao Governador, que aguarda julgamento.

Em agosto de 2020, foi proposta por CECM e RDC a Ação Ordinária – 5040685-63.2020.4.04.7000 – 1VF Curitiba – visando atacar a alteração da metodologia adotada pelo DER/PR na aplicação de autos de infração. Foi deferida liminar favorável às Concessionárias para que o DER/PR não imponha qualquer penalidade às Concessionárias, em vista de que houve irrazoável alteração de critério da fiscalização. Aguarda-se julgamento do processo.

Seguindo esse mesmo contexto, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR, em 10 de novembro de 2020, proferiu decisões em processos administrativos de autotutela em face das Concessionárias em razão do entendimento de que os critérios referentes aos cálculos de depreciação e degrau de pista dupla haviam sido realizados de maneira equivocada. Com isso determinou-se a realização de estudos, pelo DER, de nova base tarifária para restabelecimento da equação contratual. CECM e RDC interpuseram ações judiciais para anular tais decisões, ambas com sentenças proferidas favoravelmente à tese das Concessionárias. A AGEPAR interpôs recurso de ambas as sentenças, os quais aguardam julgamento.

Com base nos mesmos processos administrativos de autotutela perpetrados pela AGEPAR foi apresentada denúncia, pelo Dep. Estadual Soldado Fruet, junto ao TCE, contra CECM e RDC e demais Concessionárias do anel de integração do Paraná. Inicialmente, a liminar foi deferida pelo Relator, que declarou inidoneidade das concessionárias e proibição de contratar com o Estado do Paraná até o julgamento do mérito. A liminar foi atacada por recurso pelas Concessionárias, que foi acolhido pelo Colegiado do TCE (publicada em 8.11.22), revogando a liminar. O Conselheiro Relator determinou a intimação das empresas que integram o Grupo Econômico das Concessionárias, em razão do encerramento de vigência dos Contratos de Concessão. Atualmente, o processo no TCE se encontra suspenso por decisão proferida em processo judicial movido por terceira concessionária que também é parte no processo do TCE.

A Companhia detectou a distribuição de uma nova Ação Civil Pública, ajuizada pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná – DER/PR e Estado do Paraná em face da RDC Concessões S/A, Ecorodovias Concessões e Serviços S/A e Ecorodovias Infraestrutura e Logística S/A, ajuizada em 05 de janeiro de 2023. As partes não foram citadas da presente demanda, a qual tramita sob sigilo. Entretanto, foi possível identificar que a referida Ação Civil Pública foi distribuída por dependência à Ação Popular proposta em face da RDC pelos Deputados Estaduais Arilson Chiorato e Maurício Thadeu de Mello e Silva, Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, processo nº 5056314-43.2021.4.04.7000/PR. Nesta referida Ação Popular se pleiteia a condenação por suposto desequilíbrio ao Contrato de Concessão em razão da metodologia adotada em aditivos firmados para revisão do denominado degrau de pista dupla, bem como da depreciação dos investimentos. Tal Ação Popular teve o pedido de tutela liminar indeferido e o feito foi encaminhado ao SISTCON do TRF4 para tentativa de conciliação. Baseado no parecer jurídico dos seus assessores jurídicos, a Companhia classifica a probabilidade de perda como remota.

b) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

Pavimento

Ação judicial proposta pela Concessionária em 22 de março de 2021 em que se discute a ilegalidade dos atos praticados pela ANTT quanto aos critérios de apuração do cronograma de investimentos das obras de recuperação e manutenção do pavimento incorporadas ao Contrato pelo 6º Termo Aditivo. Em suma, a partir de 2020 a ANTT alterou os critérios para a aceitação das obras incluídas pelo Aditivo e, com base nesse novo entendimento, revisou avaliações de anos anteriores para apontar inexecuções de obras que já haviam sido aceitas, acarretando em elevados índices de inexecução. Como consequência disso, iniciou processos administrativos para a aplicação de multas à Concessionária estimadas em R\$26.661, determinou o refazimento das obras que haviam sido aceitas entre 2016-2019 e apurou desconto tarifário correspondente a 3,17% a ser aplicado no processo de Revisão Ordinária da Tarifa de 2021. Nesse contexto, a Concessionária pleiteou, cautelarmente, que o Judiciário suspendesse as decisões emitidas pela Agência que concluem i) pela aplicação de desconto na tarifa básica de pedágio; ii) pela aplicação de penalidades e; iii) pelo refazimento de obras, com base nessa alteração de entendimento. No mérito, a Concessionária requereu a declaração de que as obras executadas atenderam as regras contratuais estabelecidas no 6º Termo Aditivo ao Contrato.

Notas Explicativas

Em 11 de junho de 2021, após ouvir a ANTT, o Judiciário reconheceu liminarmente os argumentos da Concessionária e determinou que a ANTT se abstenha, até a sentença, de a) exigir e/ou impor novas sanções à requerente e a aplicar redução tarifária com fundamento nos fatos levados ao juízo; e b) exigir o refazimento das obras realizadas a partir do 6º Termo Aditivo até que seja proferida sentença nos autos. Em 01 de outubro de 2021, o TRFO1 negou provimento ao agravo de instrumento da ANTT e manteve a decisão liminar. Aguarda-se o andamento do processo.

Acórdão 883/2020 – TCU

Em 16 de abril de 2020, a Concessionária tomou conhecimento do Acórdão nº 883/2020 emitido pelo Tribunal de Contas da União em face da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no âmbito da Tomada de Contas nº 020.982/2019-7, em que há determinações referentes ao Contrato de Concessão do Polo Rodoviário de Pelotas, concedido à controlada indireta Empresa Concessionária de Rodovia do Sul S.A (“Ecosul”), sem que esta fosse parte no referido processo.

O órgão de controle, mediante requisição do Congresso Nacional, instaurou a fiscalização do Contrato de Concessão perante a ANTT para apuração de eventuais irregularidades na composição do valor nominal da tarifa de pedágio, considerada excessiva pelos Deputados Federais signatários.

No Acórdão, o TCU apontou indícios de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em razão de: (i) suposta superestimativa da tarifa de pedágio ocasionada pela majoração dos valores cobrados por veículos pesados, aprovada pela ANTT em 2013 por ocasião da celebração do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão; (ii) aumento de tráfego observado a partir das obras de duplicação da BR-392/RS, entre Pelotas e Rio Grande, executadas com recursos federais, que teria gerado distorções no cálculo da indução de tráfego realizada para incorporação do trecho pelo 4º Aditivo; (iii) reequilíbrios concedidos pela ANTT como forma de compensar os efeitos da Lei dos Caminhoneiros (Lei nº 13.103/2015), relacionados ao aumento da tolerância de carga nas rodovias e isenção de pagamento de eixos suspensos, sem a realização de ações de fiscalização que pudessem atestar o valor da real perda de receita das Concessionárias; (iv) suposta baixa execução dos serviços de recuperação do pavimento no ano de 2018 e; (v) supressão de 166,5 km na BR-293 (no segmento entre Pelotas e Bagé) e acesso aos Molhes da Barra na BR-392, concluindo-se por recomendar à ANTT que não proceda com a inclusão de novos investimentos no contrato que possam acarretar em incremento de tarifa e/ou prorrogação do prazo da Concessão.

A ANTT apresentou pedido de reexame ao TCU, que foi julgado improcedente em fevereiro de 2021 (Acórdão 170/2021-PL). Segundo o Tribunal, a ANTT deverá reavaliar a tarifa de pedágio quanto ao cálculo de reequilíbrio pertinente à alteração do fator multiplicador que redundou na majoração dos valores cobrados para veículos pesados. A Agência Reguladora apresentou recurso de embargos de declaração, no qual sustenta contradição na decisão do TCU e reforça que a metodologia de reequilíbrio aplicada obedeceu às diretrizes contratuais e normativos vigentes. A Concessionária apresentou manifestação ao processo, requerendo o seu ingresso como parte interessada e as razões para anulação das decisões anteriores. Em agosto de 2021 o TCU admitiu a Ecosul no processo e recebeu o pedido de reexame apresentado, suspendendo os efeitos do acórdão nº 883/2020 que determinavam a reavaliação da tarifa de pedágio.

Em apreciação preliminar de mérito, a 4ª Diretoria da SERUR/TCU por meio de sua instrução técnica recomendou o acolhimento dos argumentos apresentados pela Concessionária e ANTT, segundo o entendimento de que “a arrecadação a maior das tarifas de pedágio, derivada da alteração do fator multiplicador (VP/VL), tem como origem o aumento do volume de tráfego de veículos pesados, que compõe o risco da demanda e a álea econômica ordinária contratual. Por este motivo, não permite a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em estrita observância do princípio da segurança jurídica”. Não obstante o teor do parecer técnico, o encaminhamento dado pelo Secretário ao Min. Relator foi pela manutenção da decisão recorrida. O processo foi pautado para julgamento de mérito no dia 21 de setembro de 2022. Durante a sessão, os Ministros divergiram quanto à real existência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, bem como abordaram eventual distorção do princípio do contraditório, uma vez que a Concessionária não foi ouvida desde o início do processo. A partir dessas considerações, o Ministro Relator retirou o processo de pauta para a realização de diligências adicionais. No momento, aguarda-se a apreciação dos embargos de declaração da ANTT e do pedido de reexame da Concessionária.

Notas Explicativas

Acórdão nº 2.275/2021 – TCU

Em setembro de 2021, a Concessionária tomou conhecimento do Acórdão nº 2.275/2021, emitido em sede de medida cautelar pelo Tribunal de Contas da União no sentido de suspender o reajuste tarifário promovido pela Deliberação da ANTT nº 277/2021, que aprovou a 17ª Revisão Ordinária e a 14ª Revisão Extraordinária das Tarifas Básicas de Pedágio do Contrato de Concessão. A medida cautelar decorreu de representação apresentada por deputados federais do RS.

A Concessionária e a ANTT recorreram da decisão cautelar e apresentaram suas razões em oitava para revogar a suspensão da Deliberação ANTT nº 277/2021, na medida em que os efeitos da 17ª Revisão Ordinária e 14ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão decorrem de reajuste tarifário anual, previsto contratualmente.

A referida decisão também afetou o reajuste da tarifa em 2022 (18ª Revisão Ordinária e 15ª Revisão Extraordinária do Contrato), que foi aprovado, com atraso em relação à data-base contratual, em 01 de novembro de 2022, por meio da Deliberação nº 332/2022.

Em que pese ter havido a propositura de nova medida cautelar perante o TCU com o objetivo de suspender tal reajuste (TC nº 028.576/2022-5), a área técnica do Tribunal de Contas já emitiu avaliação que atesta que a decisão da ANTT respeita as determinações do TCU. Portanto, a Deliberação nº 332/2022 permanece vigente e não há, até a presente data, decisão que suspenda o atual reajuste tarifário, que compreendeu os efeitos das revisões de 2021 e 2022. Aguarda-se o julgamento de referida medida cautelar.

O atraso na implementação dos referidos reajustes gerou uma perda de receita a ser reequilibrada em favor da Concessionária no montante total de R\$ 78.582 em 31 de dezembro de 2022 e de R\$44.990 no período encerrado em 30 de setembro de 2023. O direito ao reequilíbrio decorrente dos atrasos é reconhecido pela ANTT, conforme o item 35 da Nota Técnica SEI nº 5322/2022/GEGEF/SUROD/DIR, ao estabelecer que o atraso na aplicação destas alterações deverá ser reequilibrado na próxima Revisão Ordinária.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 Receita de Contrato com Clientes (IFRS15), e a Interpretação Técnica ICPC-01 Contratos de Concessão, a controlada efetuou o registro do direito ao reequilíbrio no montante ora mencionado, sendo a contrapartida a rubrica “Intangível” na sub-rubrica “Contrato de Concessão”.

c) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Autoridade Portuária de Santos S.A. ("APS") e o Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto"), para exploração de instalação portuária pelo prazo determinado de 25 anos, tinha encerramento do prazo original previsto para 12 de junho de 2023. Por conta disso, em 19 de maio de 2023, o Ecoporto ingressou com ação judicial em face da União, tendo como objeto a manutenção da vigência do Contrato até decisão final sobre pedido de prorrogação (formulado no processo administrativo nº 50300.000038/2014-80). A referida ação (nº1049793-02.2023.4.01.3400 - 13ª Vara Federal Cível da SJDF) teve o pedido de tutela de urgência indeferido, inclusive pelo TRF1 (Agravo de Instrumento n. 1020192-63.2023.4.01.0000), que entendeu que cabe à autoridade administrativa analisar, no âmbito do processo administrativo de prorrogação do Contrato, a conveniência e a oportunidade de tal pretensão.

Em 12 de junho de 2023, o Ministro de Portos e Aeroportos, ciente do teor das referidas decisões judiciais, proferiu o Despacho Decisório nº 4/2023/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, mantendo, cautelarmente, a vigência do Contrato, assegurando a continuidade das operações pelo prazo de até 180 dias, ou até que haja uma definição de política pública sobre a destinação da área. Fixou que essa determinação pode ser alterada, prorrogada ou revogada, a critério do Poder Concedente. O Ministro de Portos e Aeroportos, por meio do Despacho nº 452/2023/CGAR-SNPTA-MPOR, solicitou ao Ecoporto que seja apresentado um novo plano de investimentos (em fase de elaboração), com as adequações necessárias, considerando as novas diretrizes resultantes da revisão da destinação da área do STS10.

Cumpram-se também as decisões administrativas favoráveis e definitivas sobre o direito do Ecoporto ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em virtude dos investimentos realizados e não amortizados (Portêineres), no montante de R\$ 94.304, com data-base em dezembro de 2016 (Acórdão

Notas Explicativas

ANTAQ nº 14-2020; Resolução ANTAQ nº 7.549/2020; Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA; Acórdão ANTAQ nº 301/2022 e Despacho nº 34/2022/SNPTA). A SNPTA oficiou a APS para indicar a forma de adimplir a indenização a ser paga ao Ecoporto, o qual, atualmente, aguarda referida definição.

Quanto ao reconhecimento do pleito de reequilíbrio contratual decorrente dos prejuízos auferidos pela entrega de área menor e fragmentada (136.444 m²) comparada àquela prevista no edital (170.000 m²), o Ecoporto ajuizou, em 28 de setembro de 2022, ação anulatória em face da União e da Antaq, tendo como objeto o reconhecimento do referido pleito. A ação judicial tramita sob nº 1064487-10.2022.4.01.3400, na 17ª Vara Federal Cível da SJDF e atualmente aguarda-se decisão do juiz após a União apresentar sua defesa e o Ecoporto sua manifestação sobre referida defesa.

Faz-se referência, ainda, a duas ações judiciais em trâmite na 4ª Vara Federal Cível da Comarca de Santos (processos ns. 5006237-92.2022.4.02.6104 e 5004980-32.2022.4.03.6104), questionando a cobrança decorrente da aplicação, pela APS, da cláusula de revisão quinquenal da Movimentação Mínima Contratual (MMC), no valor de R\$62.764. Foram deferidas medidas liminares para determinar a suspensão da exigibilidade do valor cobrado. Em 26.09.23 foi realizada audiência de conciliação. Os processos judiciais foram suspensos por 60 dias para tentativa de conciliação entre as Partes.

d) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (“Eco101”) em Serra – ES, no âmbito da “Operação Infinita Highway”.

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e teve foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação da rodovia.

A Companhia instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio profissional externo para os trabalhos. No relatório de avaliação forense, estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela Eco101 nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem a suposta relação ilegal entre a Eco101 e representantes da ANTT, bem como que não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES. Adicionalmente, a Companhia e seus assessores jurídicos e financeiros estudaram, estabeleceram e contabilizaram, em 31 de dezembro de 2020, passivo da melhor avaliação para realização de valores relativos a penalidades de multas e descontos tarifários (“Fator D”), sobre um cenário em que as supostas alterações tenham sido realizadas nos relatórios de monitoração, resultando no valor devido de R\$72.614 (R\$87.597 em 30.09.23).

As investigações realizadas no âmbito da Operação Infinita Highway resultaram em 3 (três) desdobramentos para a controlada.

Em 25 de junho de 2022, a controlada tomou conhecimento da Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. A ação tem por finalidade a aplicação de desconto tarifário como meio de ressarcimento das supostas vantagens indevidamente obtidas com a alteração dos relatórios de monitoração entre os anos de 2014 e 2018 e a aplicação de dano moral coletivo, no valor de até R\$10.000. Em 28 de julho de 2022, a controlada apresentou defesa na mencionada ação judicial. Aguarda-se o prosseguimento do processo.

Em 25 de julho de 2022, a controlada tomou conhecimento dos documentos do Processo TC 030.292/2017-4, em curso perante o Tribunal de Contas, que tramitava em sigilo e foi instaurado para apurar os indícios de irregularidades relacionados com a prestação inadequada de serviço público e a prática de fraudes contratuais, em possível contrariedade à Lei Federal 8.987/1995. Na sequência, em 11 de agosto de 2022, a controlada apresentou manifestação nos autos na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. Aguarda-se o prosseguimento do procedimento.

Em 06 de setembro de 2022, a controlada tomou ciência do Processo Administrativo nº 50500.140675/2022-41, instaurado pela ANTT para obter maiores informações a respeito dos eventos apurados no âmbito do Processo TC 030.292/2017-4. Em 12 de setembro de 2022, a controlada

Notas Explicativas

apresentou manifestação nos autos do referido processo, também, na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. Houve reuniões entre a Concessionária e a ANTT para exposição dos argumentos da Companhia e, atualmente, aguarda-se o avanço desses entendimentos.

Em razão desses desdobramentos no âmbito do TCU e da ANTT, a Companhia solicitou avaliação e emissão de opinião legal de seus assessores a respeito das possíveis consequências e riscos deles decorrentes. A avaliação da Companhia e de seus assessores é que referidos procedimentos não inovam ou alteram os potenciais riscos e consequências da Operação Infinita Highway, que já foram objeto de análise nos pareceres jurídico anteriores. A Companhia entende que as medidas necessárias para resguardar os seus interesses estão sendo adotadas e que não há informações adicionais a serem divulgadas nas respectivas informações trimestrais de 30 de setembro de 2023.

e) Ecovias dos Imigrantes - Acordo de Não Persecução Cível (“ANPC”)

Em 06 de abril de 2020, conforme Fato Relevante divulgado pela controlada indireta nessa data, a Concessionária Ecovias do Imigrantes S.A. (“Ecovias”) celebrou acordo de não persecução cível (“ANPC”) com o MPSP. O ANPC foi celebrado no âmbito e com vistas à resolução consensual dos objetos dos inquéritos civis PJPP-CAP nº 1.071/2014, 295/2018 e 489/2018, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital de São Paulo.

Nos termos do ANPC, a Ecovias deve realizar obras e pagamentos que, somados, atingem o montante de R\$638.000, sendo: A) R\$450.000 em obras de interesse público, originalmente não previstas no contrato de concessão da Ecovias, consistentes na construção do Boulevard Anchieta, no prazo de 8 anos; B) R\$150.000 para fins de desconto tarifário pela Ecovias ou pagamento diretamente à Fazenda do Estado de São Paulo em 8 parcelas anuais, conforme preferência a ser declarada pelo Estado de São Paulo; e C) R\$38.000 a título de multas, que devem ser arcadas pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia deve arcar com o pagamento de R\$12.000, decorrentes de outras obrigações.

Conforme Fato Relevante de 15 de março de 2022, o ANPC foi integralmente homologado pelo CSMP. Como o entendimento da Companhia era pela grande probabilidade da homologação integral do ANPC pelo CSMP, a Administração da Companhia já havia reconhecido a obrigação de multas a pagar em suas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, no montante total de R\$57.349, sendo R\$50.000 de principal, adicionada a atualização monetária de R\$7.349 conforme tabela prática do TJSP.

Conforme Fato Relevante de 04 de abril de 2022, o ANPC foi homologado judicialmente em 1º de abril de 2022 pelo juiz da 1ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de São Paulo/SP, passando a surtir efeitos independentemente do trânsito em julgado. Foi iniciado o cumprimento das obrigações estabelecidas e já exigíveis, mediante (i) a realização do pagamento de duas parcelas semestrais das multas estipuladas em R\$38.000, (ii) a realização do pagamento integral dos R\$12.000 decorrentes de outras obrigações e (iii) em continuidade à decisão do Governo do Estado de São Paulo que ratificou a execução dos R\$450.000 em obras de interesse público, foi instaurado procedimento administrativo pela ARTESP para acompanhamento da execução das obras.

Com relação ao cumprimento de obrigação de pagar ou conceder desconto tarifário, em 28 de dezembro de 2022 a Companhia tomou conhecimento da decisão do Estado de São Paulo pelo recebimento em dinheiro do valor de R\$150.000, com pagamento a ser realizado em 8 parcelas anuais, mediante a juntada em 27 de dezembro de 2022, nos autos do citado processo administrativo da ARTESP, de despacho do Secretário de Governo do Estado de São Paulo, exarado em 30 de setembro de 2022, acolhendo posicionamento da então Secretaria de Logística e Transportes sobre a preferência pelo recebimento em pecúnia. Diante disso, no dia 28 de março de 2023, a Ecovias realizou o pagamento da primeira parcela anual.

Considerando a opção pelo recebimento em dinheiro pelo Secretário de Governo do Estado de São Paulo, em 31 de dezembro de 2022, a controlada efetuou o registro da referida obrigação, atualizada pela tabela prática do TJSP, ajustada a valor presente, de acordo com a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente no montante de R\$148.692, sendo a contrapartida a rubrica “Intangível”, sub-rubrica “Contrato de Concessão”, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC-01 Contratos de Concessão, a Orientação Técnica OCPC05 – Contratos de Concessão e o Pronunciamento Técnico CPC04 – Ativo Intangível (R1), por se tratar no entendimento da Administração de valor que contribui de forma

Notas Explicativas

direta para a continuidade do Contrato de Concessão e sua correspondente geração de fluxos futuros, sendo assim, interpretado como um complemento ao direito de uso da Concessão.

23. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDADO

	Ambientais	Cíveis (a)	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	1.230	241.895	23.253	7.535	273.913
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	100	51.413	11.227	9	62.749
(-) Pagamentos/baixas	-	(16.021)	(11.479)	(963)	(28.463)
(+) Atualização monetária	140	37.189	2.068	837	40.234
Saldos em 30 de setembro de 2023	1.470	314.476	25.069	7.418	348.433

As principais adições no período findo em 30 de setembro de 2023, referem-se a: (i) ações anulatórias contra o poder concedente (ANTT), da controlada Eco101, em que se discute a exigibilidade das autuações lavradas pelo mesmo; e (ii) ações anulatórias em face da ARTESP, visando a declaração de nulidade de multas aplicadas em processos administrativos sancionatórios instaurados em face das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas.

- (a) O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$1.085.578 em 30 de Setembro de 2023 (R\$997.626 em 31 de dezembro de 2022), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Acerca das notícias veiculadas na mídia em setembro de 2018 referentes à apuração de compra de medida provisória pela Operação Zelotes, a Companhia apresentou ao Ministério Público Federal, no procedimento investigatório no. 1.16.000.002352/2018-11, informações solicitadas sobre as contratações com o escritório Spindola Palmeira e com a empresa LBS Consultoria e Participações, voltadas a elaboração de consultas e opiniões legais relativas à matérias tributárias e previdenciárias e para consultorias em questões aduaneiras e tributárias. Em 16.08.23, o Ministério Público Federal promoveu o arquivamento do procedimento investigatório, que ora aguarda a homologação do arquivamento pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Acionistas controladores

Para o período findo em 30 de setembro de 2023, a Companhia não apresentou movimentações de capital social e reservas de lucros de acionistas controladores.

Participação de acionistas não controladores

A movimentação do período das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas está demonstrado a seguir:

	30/09/2023	30/09/2022
Saldo no início do período	214.986	209.729
Aporte de Capital (a)	8.750	-
Participação nos lucros/(prejuízos) do exercício	15.175	(17.216)
Saldo no fim do exercício	238.911	192.513

(a) Os aportes foram realizados pela GLP X Participações S.A. na controlada Holding do Araguaia, onde a GLP possui 35% de participação.

Notas Explicativas**25. RECEITA LÍQUIDA – CONSOLIDADO**

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Receitas com arrecadação de pedágio	1.475.786	848.152	3.856.669	2.329.960
Receitas de construção	1.129.016	786.302	2.330.613	1.729.107
Receitas portuárias	104.423	169.735	408.468	449.088
Receitas acessórias	27.105	27.199	90.682	81.370
Receitas logísticas	17.214	8.779	45.237	25.927
Receita bruta total	<u>2.753.544</u>	<u>1.840.167</u>	<u>6.731.669</u>	<u>4.615.452</u>
Deduções da receita	(155.786)	(108.651)	(429.474)	(298.528)
Deduções do reconhecimento da receita	(28.817)	(58.948)	(119.363)	(167.827)
Receita líquida	<u>2.568.941</u>	<u>1.672.568</u>	<u>6.182.832</u>	<u>4.149.097</u>
	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
<u>Base de cálculo de impostos</u>				
Receitas com arrecadação de pedágio	1.475.786	848.152	3.856.669	2.329.960
Receitas portuárias	104.423	169.735	408.468	449.088
Receitas logísticas	17.214	8.779	45.237	25.927
Receitas acessórias	27.105	27.199	90.682	81.370
	<u>1.624.528</u>	<u>1.053.865</u>	<u>4.401.056</u>	<u>2.886.345</u>
<u>Deduções</u>				
Cofins (a)	(60.579)	(45.482)	(170.542)	(123.364)
PIS (b)	(13.133)	(9.856)	(36.974)	(26.921)
ISS (c)	(81.275)	(52.758)	(220.181)	(146.905)
Outros - ICMS	-	-	(1)	-
Dedução do reconhecimento da receita	(28.817)	(58.948)	(119.363)	(167.827)
Abatimentos	(799)	(555)	(1.776)	(1.338)
	<u>(184.603)</u>	<u>(167.599)</u>	<u>(548.837)</u>	<u>(466.355)</u>

(a) Alíquota para: concessionárias 3%; portos, serviços e logística 7,6%.

(b) Alíquota para: concessionárias 0,65%; portos, serviços e logística 1,65%.

(c) Alíquota média de 5,0%

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findos em		Nove meses findos em		Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Pessoal	6.527	6.542	19.138	14.891	149.944	122.330	427.324	364.695
Conservação, manutenção e outros	(234)	3	158	23	58.308	40.034	156.276	120.944
Serviços de terceiros (a)	1.142	1.475	5.028	4.141	89.761	75.230	246.086	220.817
Seguros	508	464	1.119	1.019	8.111	6.570	22.016	18.718
Poder concedente (Nota 21)	-	-	-	-	39.368	25.999	105.661	71.183
Provisão para manutenção (Nota 19)	-	-	-	-	36.534	32.116	89.714	91.465
Custo de construção de obras	-	-	-	-	1.129.016	786.302	2.330.613	1.729.107
Depreciações e amortizações (Notas 12 e 13)	508	354	1.519	1.087	184.645	144.951	568.694	416.976
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	203	210	363	372	7.922	4.778	23.713	13.363
Outros custos e despesas operacionais	465	255	1.338	1.096	52.548	41.829	140.271	111.210
	9.119	9.303	28.663	22.629	1.756.157	1.280.139	4.110.368	3.158.478
Classificados como:								
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	1.682.721	1.215.601	3.896.202	2.954.005
Despesas gerais e administrativas	9.119	9.303	28.663	22.629	73.436	64.538	214.166	204.473
	9.119	9.303	28.663	22.629	1.756.157	1.280.139	4.110.368	3.158.478

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findos em		Nove meses findos em		Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Receitas financeiras:								
Receita de aplicações financeiras	363	551	888	4.872	83.802	73.240	219.996	178.354
Atualização monetária depósitos judiciais	-	1	2	3	2.326	3.592	7.108	9.249
Atualização monetária venda Elog	916	690	3.021	1.106	916	690	3.021	1.106
Atualização monetária ativo sujeito à indenização	-	-	-	-	(5.755)	11.645	26.138	65.805
Outras	93	170	312	460	2.220	2.050	7.828	9.005
	<u>1.372</u>	<u>1.412</u>	<u>4.223</u>	<u>6.441</u>	<u>83.509</u>	<u>91.217</u>	<u>264.091</u>	<u>263.519</u>
Despesas financeiras:								
Juros sobre debêntures (Nota 16)	(36.595)	(37.332)	(108.222)	(76.223)	(366.809)	(252.877)	(992.512)	(621.845)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	-	(44.443)	(40.418)	(40.337)	(115.414)	(154.363)
Variação monetária sobre debêntures (Nota 16)	-	-	-	-	(23.985)	33.312	(164.096)	(165.449)
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 16)	(339)	(330)	(1.044)	(771)	(9.679)	(6.464)	(25.803)	(16.839)
Variação monetária sobre direito de outorga (Nota 21)	-	-	-	-	(25.290)	(5.434)	(88.355)	(122.016)
Variação monetária e AVP - acordo não persecução cível	(2)	-	(970)	-	(1.999)	-	(12.237)	-
Ajuste a valor presente – provisão de manutenção e provisão de obras futuras (Notas 19 e 20)	-	-	-	-	(10.029)	(7.936)	(24.386)	(23.055)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos financiamentos (Nota 16)	-	-	-	-	(5.213)	(3.323)	(31.639)	(25.527)
Juros capitalizados	-	-	-	-	56.515	28.944	199.200	199.192
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras	(84)	(88)	(260)	(364)	(5.505)	(7.383)	(17.858)	(10.251)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 23)	-	(1)	(1)	(3)	(7.350)	(10.576)	(40.234)	(28.129)
Atualização monetária outras contas a pagar	-	-	-	-	(615)	-	(14.984)	-
Juros sobre arrendamentos – CPC 06 (R2) (Nota 17)	(37)	-	(105)	(7)	(5.851)	(3.029)	(14.253)	(8.052)
Outras	(485)	(547)	(1.143)	(4.372)	(16.520)	(1.133)	(47.756)	(23.347)
	<u>(37.542)</u>	<u>(38.298)</u>	<u>(111.745)</u>	<u>(126.183)</u>	<u>(462.748)</u>	<u>(276.236)</u>	<u>(1.390.327)</u>	<u>(999.681)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(36.170)</u>	<u>(36.886)</u>	<u>(107.522)</u>	<u>(119.742)</u>	<u>(379.239)</u>	<u>(185.019)</u>	<u>(1.126.236)</u>	<u>(736.162)</u>

Notas Explicativas**28. LUCRO POR AÇÃO - CONSOLIDADO**

	30/09/2023	30/09/2022
Lucro básico e diluído – resultado do período	0,65	0,20
Lucro básico e diluído – resultado de operações continuadas	0,65	0,20

a) Lucro por ação

	30/09/2023	30/09/2022
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	451.883	137.315
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	451.883	137.315
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	696.334	696.334
Média ponderada das ações em tesouraria	(713)	(713)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	695.621	695.621
Lucro básico por ação - R\$	0,65	0,20
Lucro básico por ação de operações continuadas - R\$	0,65	0,20

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do Lucro Básico apresentado acima.

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADOÍndice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Dívida (a)	956.870	991.387	18.386.830	13.743.390
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras – conta reserva	(5.129)	(5.751)	(4.223.763)	(2.690.009)
Dívida líquida	951.741	985.636	14.163.067	11.053.381
Patrimônio líquido (b)	2.755.577	2.303.694	2.994.488	2.518.680
Índice de endividamento líquido	0,35	0,43	4,73	4,39

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos de arrendamentos a pagar e obrigações com poder concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas 15, 16, 17 e 21.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de setembro de 2023 são como segue:

Notas Explicativas

<u>Classificação – Custo amortizado</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos:		
Caixa e bancos (a)	26.254	26.254
Clientes (b)	460.057	460.057
Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva (a)	3.320.114	3.320.114
Outros créditos – conta reserva – Ecovias do Araguaia (f)	1.272.711	1.272.711
Passivos:		
Fornecedores e Risco sacado (b)	367.925	367.925
Empréstimos e financiamentos (c)	2.280.664	2.194.837
Debêntures (c)	13.702.132	13.259.959
Passivos de Arrendamentos (d)	145.444	164.349
Obrigações com poder concedente (e)	985.879	2.371.541
Obrigações com poder concedente (f)	1.272.711	1.272.711
<u>Classificação – Valor justo através do resultado</u>		
	<u>Saldo contábil</u>	<u>Valor justo</u>

<i>Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock (g)</i>	4.970	4.970
--	-------	-------

- (a) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva, aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (b) Os saldos das rubricas “Clientes”, “Fornecedores” e “Risco sacado” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias.
- (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento.
- (e) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Obrigações com poder concedente”.
- (f) Conforme Nota Explicativa nº 9.a), o valor refere-se a: (i) conta de Aporte de titularidade da Concessionária Ecovias do Araguaia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com autorização da ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga e aproxima-se do valor justo na data do balanço; e (ii) da retenção de 4% da receita da Concessionária EcoRioMinas e 10% da receita da Concessionária Ecovias do Araguaia, destinadas para a Conta de Ajuste, a serem utilizadas eventualmente como mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro ao longo do contrato de concessão, conforme cláusulas contratuais; e (iii) retenções das contas vinculadas à Concessão da controlada EcoNoroeste, conforme cláusulas contratuais.
- (g) O valor do *Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

a) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. no montante de R\$229.673 (R\$147.208 em 31 de dezembro de 2022), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Clientes”.

b) Risco de liquidez

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Notas Explicativas

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	4.502.861	5.327.831	1.726.325	12.032.322
Banco Nacional do Desenvolvimento Economico e Social - BNDES	203.137	206.651	209.155	2.268.141
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	54.674	53.843	53.069	563.125
Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	11.447	11.447	11.447	140.228
Obrigações com poder concedente	107.168	112.107	117.273	4.429.709
Finame	3.878	6.222	5.714	2.404
Passivos de Arrendamentos	59.581	49.766	36.170	18.832
	<u>4.942.746</u>	<u>5.767.867</u>	<u>2.159.153</u>	<u>19.454.761</u>

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$966.029 (ativo circulante de R\$4.013.615 e passivo circulante consolidado de R\$4.979.644), principalmente decorrente de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento.

Análise de sensibilidade

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	234.186	292.733	351.280
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(1.135.395)	(1.276.841)	(1.416.935)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(595.570)	(611.170)	(626.692)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta da IPCA	(49.487)	(61.644)	(73.802)
Juros sobre obrigações com o poder concedente (b)	Alta do IPCA	(35.823)	(36.349)	(36.875)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(97.968)	(126.792)	(152.150)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(1.680.057)</u>	<u>(1.820.063)</u>	<u>(1.955.174)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	9,15%	11,44%	13,73%
IPCA (b)	4,02%	5,02%	6,02%
TJLP (c)	5,70%	7,12%	8,54%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados – Setembro/2023.

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Em 30 de setembro de 2023, não houve alterações significativas em relação à estrutura de segmento de negócios da Companhia em relação aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	30/09/2023	30/09/2022
Concessões rodoviárias	91,76%	89,42%
“Holding” e serviços	4,04%	5,08%
Portos	3,60%	5,00%
Logística	0,60%	0,50%

Notas Explicativas

As tabelas a seguir apresentam informações financeiras consolidadas, relacionadas aos segmentos para 30 de setembro de 2023:

	30/09/2023					
Balanco Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	21.595.483	640.552	70.712	14.207.314	(12.807.936)	23.706.125
Ativo circulante	2.894.953	207.325	35.419	1.045.289	(169.371)	4.013.615
Ativo não circulante	18.700.530	433.227	35.293	13.162.025	(12.638.565)	19.692.510
Passivo	21.595.483	640.552	70.712	14.207.314	(12.807.936)	23.706.125
Passivo circulante	3.093.408	108.697	5.873	1.942.076	(170.410)	4.979.644
Passivo não circulante	11.390.665	148.176	2.924	4.680.437	(490.209)	15.731.993
Patrimônio líquido	7.111.410	383.679	61.915	7.584.801	(12.147.317)	2.994.488

	30/09/2023					
Resultado	Concessões	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	5.939.382	233.119	38.981	261.338	(289.988)	6.182.832
Custo dos serviços prestados	(3.658.586)	(211.717)	(15.079)	(164.062)	153.242	(3.896.202)
Lucro bruto	2.280.796	21.402	23.902	97.276	(136.746)	2.286.630
Despesas gerais e administrativas	(211.190)	(38.294)	(4.350)	(74.114)	113.782	(214.166)
Amortização de investimentos	-	-	-	(12.159)	12.159	-
Outras receitas/despesas (a)	307	700	660	25.356	(681)	26.342
Equivalência patrimonial	-	-	-	1.633.022	(1.633.022)	-
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	2.069.913	(16.192)	20.212	1.669.381	(1.644.508)	2.098.806
Resultado financeiro	(575.830)	(1.429)	1.214	(550.480)	289	(1.126.236)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	1.494.083	(17.621)	21.426	1.118.901	(1.644.219)	972.570
Imposto de renda e contribuição social	(500.958)	-	(4.545)	(9)	-	(505.512)
Resultado das operações continuadas	993.125	(17.621)	16.881	1.118.892	(1.644.219)	467.058
Lucro/(prejuízo) líquido do período	993.125	(17.621)	16.881	1.118.892	(1.644.219)	467.058
Resultado dos minoritários	-	-	-	-	15.175	15.175

(a) R\$25.000 referem-se a venda de terreno da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

	31/12/2022					
Balanco Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	16.620.718	633.060	50.967	13.493.858	(12.689.694)	18.108.909
Ativo circulante	1.643.125	148.564	12.230	633.143	(370.660)	2.066.402
Ativo não circulante	14.977.593	484.496	38.737	12.860.715	(12.319.034)	16.042.507
Passivo	16.620.718	633.060	50.967	13.493.858	(12.689.694)	18.108.909
Passivo circulante	1.873.117	101.612	2.857	1.694.443	(371.640)	3.300.389
Passivo não circulante	7.788.214	130.149	3.076	5.407.761	(1.039.360)	12.289.840
Patrimônio líquido	6.959.387	401.299	45.034	6.391.654	(11.278.694)	2.518.680

Notas Explicativas

30/09/2022

Resultado	Concessões	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	3.926.447	219.519	22.111	222.885	(241.865)	4.149.097
Custo dos serviços prestados	(2.748.658)	(178.079)	(15.382)	(145.961)	134.075	(2.954.005)
Lucro bruto	1.177.789	41.440	6.729	76.924	(107.790)	1.195.092
Despesas gerais e administrativas	(166.657)	(37.034)	(3.480)	(83.325)	86.023	(204.473)
Amortização de investimentos	-	-	-	(10.994)	10.994	-
Outras receitas/despesas	(1.752)	324	(9.647)	8.512	(634)	(3.197)
Equivalência patrimonial	-	-	-	726.095	(726.095)	-
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.009.380	4.730	(6.398)	717.212	(737.502)	987.422
Resultado financeiro	(334.638)	59.064	786	(461.597)	223	(736.162)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	674.742	63.794	(5.612)	255.615	(737.279)	251.260
Imposto de renda e contribuição social	(210.927)	-	(114)	79.700	-	(131.341)
Resultado das operações continuadas	463.815	63.794	(5.726)	335.315	(737.279)	119.919
Lucro/(prejuízo) líquido do período	463.815	63.794	(5.726)	335.315	(737.279)	119.919
Resultado dos minoritários	-	-	-	-	(17.216)	(17.216)

31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – CONSOLIDADO

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Transações que não envolvem caixa

No período findo em 30 de setembro de 2023, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Direito de uso – CPC 06 (R2) – Adição	1.531	-	34.299	50.251
Direito de uso – CPC 06 (R2) – Baixa	-	-	(4.780)	-
Conta Reserva – Poder Concedente – Ecovias do Araguaia, EcoRioMinas e Econoroeste	-	-	147.145	4.024

Notas Explicativas

32. RISCO SACADO

O Grupo EcoRododovias mantém convênio com o Banco Bradesco para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco Bradesco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Informações trimestrais, no passivo circulante, com a nomenclatura “Risco Sacado” logo abaixo da rubrica “Fornecedores”. Em 30 de setembro de 2023, o valor consolidado é de R\$1.731 (R\$11.523 em 31 de dezembro de 2022).

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão debêntures - Ecorodovias Concessões e Serviços

Em 11 de outubro de 2023, o Conselho de Administração da controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., aprovou a 13ª (décima terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em a té 4 (quatro) séries, para distribuição pública, sob rito de registro automático, destinada a investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022.

A emissão será composta por 1.000 (um milhão) de debêntures, com valor unitário R\$1 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$1.000.000 (um bilhão de reais) na data de emissão. As referidas debêntures terão prazo de vencimento de: (i) 1ª série 5 anos; (ii) 2ª série 7 anos; e (iii) 3ª e 4ª séries 10 anos, ambos contados da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos com a emissão da 1ª, 2ª e 3ª séries, serão destinados ao refinanciamento de dívidas da controlada e ao reforço de capital de giro, e os recursos líquidos obtidos com a emissão da 4ª série serão destinados, nos termos do artigo 2º, parágrafos 1º e 1º-A, da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada e do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, conforme alterado, e da Portaria do Ministério de Estado dos Transportes nº 211, expedida em 15 de março de 2023, e publicada no “Diário Oficial da União” em 20 de março de 2023, exclusivamente e integralmente no reembolso de gastos ou despesas do projeto prioritário de investimento do sistema rodoviário, conforme previsto no Contrato de Concessão SETOP nº 04/2018 (“Projeto”), incorrida em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados da data de encerramento da oferta de debêntures e na realização de investimentos futuros relacionadas à implantação do projeto. As debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza. A entrada dos recursos ocorreu em 06 de novembro de 2023.

Início da cobrança de pedágio – EcoRioMinas

Em 27 de outubro de 2023, a controlada EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A, iniciou a cobrança de pedágio nas praças Itaguaí/RJ, Leopoldina/MG, Laranjal/MG, São João do Manhaçu/MG, Santa Bárbara do Leste/MG, Inhapim/MG e Engenheiro Caldas/MG, a partir da zero hora. As praças remanescentes, previstas no contrato de concessão, serão entregues e iniciarão a cobrança de pedágio nos próximos meses.

Pagamento de dividendos

Em 08 de novembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia, deliberou o pagamento de dividendos referentes ao exercício social de 2022, no montante de R\$58.353, correspondentes a R\$0,08388560373 por ação ordinária integrante do capital social integralizado, exceto pelas ações em tesouraria, conforme declarado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 19 de abril de 2023.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 22 (d) às Informações Trimestrais, que descreve a natureza e as ações tomadas pela administração da Companhia em relação ao inquérito em andamento, bem como chamamos a atenção para a Nota 21 (c) que demonstra a intenção da administração na adesão ao processo de relicitação da concessão da Rodovia BR-101/ES/BA. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo 09 de novembro de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

São Paulo – SP, 09 de novembro de 2023.

Marcello Guidotti
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Rodrigo Jose de Pontes Seabra Monteiro Salles
Diretor Vice-Presidente de Serviços Corporativos e Jurídico

Roberto Borges Paiva
Diretor Vice-Presidente de Serviços Técnicos e Engenharia

Andréa Paula Fernandes
Diretora de Finanças Corporativas

Fabio Trugillo
Diretor de Planejamento, Riscos e Compliance

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

São Paulo – SP, 09 de novembro de 2023.

Marcello Guidotti
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Rodrigo Jose de Pontes Seabra Monteiro Salles
Diretor Vice-Presidente de Serviços Corporativos e Jurídico

Roberto Borges Paiva
Diretor Vice-Presidente de Serviços Técnicos e Engenharia

Andréa Paula Fernandes
Diretora de Finanças Corporativas

Fabio Trugillo
Diretor de Planejamento, Riscos e Compliance